SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,

A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2019 e 2018, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e também as adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Santa Maria (www.elfsm.com.br), sendo ainda publicado em mídia na cidade e no estado de sua sede (Colatina e Espírito Santo), de acordo com a legislação brasileira.

Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 13 de março de 2020.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Realizações, conquistas e transformações marcaram o ano de 2019 da Santa Maria.

O cenário econômico mais favorável, contribuiu para um crescimento de mercado da ordem de 12,7% em relação a 2018.

Atingimos EBITDA ajustado de R$ 52,2 milhões, e lucro líquido de R$ 35,2 milhões.

Investimos R$ 9,1 milhões no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (6,57) e FEC (3,50) abaixo dos limites regulatórios (11,86 e 8,70, respectivamente), assim como as perdas totais (10,54%), que também ficaram abaixo dos parâmetros regulatórios (12,25%).

As tarifas foram reajustadas, em média, em -14,18%, refletindo a redução dos custos da Parcela A, que englobam a aquisição e a transmissão de energia, bem como os encargos setoriais, e situando nossa tarifa residencial convencional (grupo B1) entre as de menor custo da Região Sudeste.

Conquistamos uma importante vitória no judiciário em benefício dos nossos consumidores, com o trânsito em julgado da ação que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores pagos a mais, retroativos a julho de 2011. No período de julho a dezembro, já disponibilizamos aos nossos consumidores R$ 6,3 milhões, mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas contas de energia elétrica. Estimamos devolver ao todo, ao longo dos próximos anos, quase R$ 50 milhões.

Nossa história de sucesso, construída ao longo de mais de 70 anos de atividade, nos conduz e nos credencia a novos desafios para os anos que virão. E é com esse olhar para o futuro, que concluímos o nosso Planejamento Estratégico e Orçamentário para o período 2020-2026.

Também demos início ao nosso Programa de Integridade, que contempla um conjunto de ações visando prevenir, detectar e corrigir atos de corrupção, fraudes e outros ilícitos, contrários às políticas de gestão praticadas pela Santa Maria.

Seguiremos avançando na modernização da Companhia e na preparação para as transformações no setor de energia.

Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho - Presidente

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2019

• Prêmio ANEEL de Ouvidoria

Em 2019 a Santa Maria voltou a ser reconhecida por possuir a melhor estrutura de atendimento aos consumidores e os melhores desempenhos de tratamento de reclamações, conquistando o 1º lugar e sagrando-se bicampeã do Prêmio ANEEL de Ouvidoria em sua categoria, entre 100 mil e 1 milhão de consumidores.

• Prêmio ANEEL de Qualidade

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC 2019 da Santa Maria foi de 74,53%, representando uma melhora de 7,93% em relação ao IASC 2018, que foi de 69,05%.

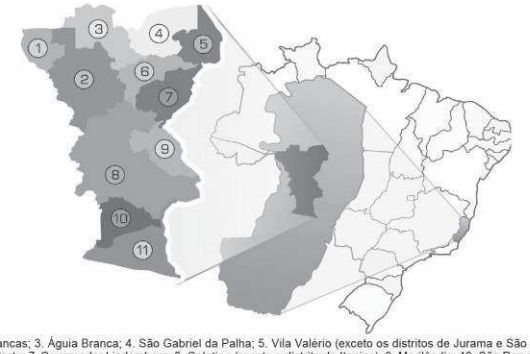
• Prêmio Abradee

Na categoria Avaliação pelo Cliente do Prêmio Abradee 2019, para empresas com menos de 500 mil consumidores, a Santa Maria foi reconhecida, conquistando o 3º lugar.

3. A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

Geograficamente, a Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios numa área de concessão de 4.994 km2, conforme demonstrado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

Em 2019 foram conectados 2.505 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 2,24% em relação a 2018), totalizando 114.288 consumidores cativos atendidos. Apresentamos, a seguir, por município, o número de consumidores atendidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Nº	Nome do município	2019	2018
1	Alto Rio Novo	3.435	3.387
2	Pancas	8.561	8.350
3	Águia Branca	4.831	4.707
4	São Gabriel da Palha	15.228	14.882
5	Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.850	3.695
6	São Domingos do Norte	4.789	4.645
7	Governador Lindemberg	5.355	5.233
8	Colatina (exceto o distrito de Itapina)	54.787	53.661
9	Marilândia	6.351	6.218
10	São Roque do Canaã	5.021	4.961
11	Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	2.080	2.044
	Total	114.288	111.783

A Santa Maria dispõe de uma robusta rede de distribuição, dimensionada para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema. A seguir apresentamos os dados das principais instalações e ativos elétricos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018	Variação (%)
Subestações			
Quantidade	12	12	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	661	661	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	**8.008**	**7.949**	**0,7**
AT (maior ou igual a 69 KV)	104	104	0,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.150	7.100	0,7
BT (menor que 1 KV)	754	745	1,2
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	**16.414**	**16.009**	**2,5**
Urbano	1.327	1.291	2,8
Rural	15.087	14.718	2,5
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	**372**	**358**	**3,9**
Urbano	102	99	3,0
Rural	270	259	4,2
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	**87.073**	**86.153**	**1,1**
Urbano	23.363	23.081	1,2
Rural	63.710	63.072	1,0

4. INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2019 recursos da ordem de R$ 9,1 milhões (R$ 13 milhões em 2018), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2019	2018	Variação (R$ mil)	Variação (%)
Linhas e redes de distribuição	9.810	10.254	(444)	-4,3
Subestações	205	150	55	36,7
Sistema de medição	1.774	1.444	330	22,9
Veículos	712	1.880	(1.168)	-62,1
Outros ativos	729	679	50	7,4
Investimento bruto	**13.230**	**14.407**	**(1.177)**	**-8,2**
(-) Obrigações especiais	(4.064)	(1.376)	(2.688)	195,3
Investimento líquido	**9.166**	**13.031**	**(3.865)**	**-29,7**

Os investimentos realizados em 2019 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Indicadores financeiros	Unidade	2019	2018	Variação
Ativo total	R$ mil	285.836	220.552	29,60%
Caixa e equivalentes de caixa	R$ mil	32.230	11.953	169,64%
Patrimônio líquido	R$ mil	153.403	129.667	18,31%
Endividamento bruto	R$ mil	16.137	23.056	-30,01%
Endividamento líquido	R$ mil	(16.093)	11.103	-244,94%

Indicadores de resultados	Unidade	2019	2018	Variação
Receita operacional bruta	R$ mil	437.409	413.171	5,87%
Receita operacional líquida	R$ mil	288.934	267.079	8,18%
EBITDA	R$ mil	47.783	34.828	37,20%
EBITDA ajustado	R$ mil	52.249	38.232	36,66%
Resultado financeiro	R$ mil	4.937	5.531	-10,74%
Lucro líquido	R$ mil	35.261	26.420	33,46%
Indicadores relativos	**Unidade**	**2019**	**2018**	**Variação**
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	18,08	14,31	26,33%
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	%	-30,80	29,04	-206,06%

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R$ 437,4 milhões em 2019, contra R$ 413,2 milhões em 2018, um aumento de R$ 24,2 milhões (5,9%). A receita operacional líquida cresceu R$ 21,9 milhões (8,2%) em 2019, fechando em R$ 288,9 milhões, contra R$ 267 milhões em 2018. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018	Variação (R$ mil)	Variação (%)
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	356.146	319.606	36.540	11,4
Ativos e passivos financeiros setoriais	(17.504)	19.522	(37.026)	-189,7
Ganhos na alienação de bens e direitos	277	530	(253)	-47,7
Energia de curto prazo – CCEE	13.190	7.807	5.383	69,0
Valor justo do ativo financeiro indenizável	170	147	23	15,6
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	67.615	48.935	18.680	38,2
Receita de construção	13.230	14.407	(1.177)	-8,2
Outras receitas operacionais	4.285	2.217	2.068	93,3
Receita operacional bruta	**437.409**	**413.171**	**24.238**	**5,9**
(-) Tributos sobre a receita	(112.303)	(107.485)	(4.818)	4,5
(-) Encargos setoriais	(35.809)	(38.361)	2.552	-6,7
(-) Outras deduções	(363)	(246)	(117)	47,6
Receita operacional líquida	**288.934**	**267.079**	**21.855**	**8,2**

Dentre os fatores que foram determinantes para o crescimento da receita operacional em 2019, se destacam: (i) aumento de 11,4% (R$ 36,5 milhões) com fornecimento de energia elétrica e TUSD, decorrente do crescimento de mercado de 12,7% em relação a 2018; (ii) redução de R$ 37 milhões com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos no período e aqueles previstos na cobertura tarifária; (iii) aumento de 69% (R$ 5,4 milhões) com energia de curto prazo – CCEE, decorrente das liquidações financeiras dos excedentes de energia; e (iv) aumento de 38,2% (R$ 18,6 milhões) com subvenções vinculadas ao serviço concedido, decorrente dos maiores descontos tarifários em função do crescimento de mercado frente ao ano anterior.

5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) cresceram R$ 5,1 milhões (3%) em relação a 2018, fechando em R$ 174 milhões contra R$ 168,9 milhões. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R$ 69,7 milhões em 2019, representando um aumento de 4,6% (R$ 3 milhões) em relação a 2018, quando o montante registrado foi de R$ 66,7 milhões. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser assim demonstrada:

Descrição	2019	2018	Variação (R$ mil)	Variação (%)
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	**174.099**	**168.966**	**5.133**	**3,0**
Energia elétrica comprada para revenda	145.582	136.806	8.776	6,4
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	28.517	32.160	(3.643)	-11,3
Gastos gerenciáveis - Parcela B	**69.787**	**66.728**	**3.059**	**4,6**
PMSO	**49.356**	**45.474**	**3.882**	**8,5**
Pessoal	22.539	22.447	92	0,4
Administradores	3.803	3.715	88	2,4
Materiais	3.081	3.007	74	2,5
Serviços de terceiros	10.277	8.270	2.007	24,3
Arrendamentos e aluguéis	1.297	1.178	119	10,1
Seguros	476	567	(91)	-16,0
Provisões	2.476	819	1.657	202,3
Tributos	383	325	58	17,8
Gastos diversos	5.024	5.146	(122)	-2,4
Outros gastos operacionais	**20.431**	**21.254**	**(823)**	**-3,9**
Amortização	7.201	6.847	354	5,2
Custo de construção	13.230	14.407	(1.177)	-8,2
Total dos gastos operacionais	**243.886**	**235.694**	**8.192**	**3,5**

O incremento dos gastos não gerenciáveis foi decorrente, principalmente, do aumento da energia elétrica comprada para revenda (6,4% ou R$ 8,8 milhões) em relação ao ano anterior. No reajuste tarifário anual de 2019, homologado em agosto pela ANEEL, houve redução de 3,78% do custo previsto com aquisição de energia, tendo sido considerado como referência para o cálculo o mercado de agosto/2018 a julho/2019.

Os gastos gerenciáveis foram impactados, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 2 milhões (24,3%) com serviços de terceiros em relação ao ano anterior; e (ii) aumento de R$ 1,6 milhão com provisões, em função da constituição de provisão para perdas em litígios cíveis no valor de R$ 1,5 milhão no exercício, consideradas prováveis pela Administração com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2019 a Santa Maria registrou lucro líquido de R$ 35,2 milhões, contra R$ 26,4 milhões registrado no ano anterior, aumento de 33,5% ou R$ 8,8 milhões. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R$ 52,2 milhões em 2019, contra R$ 38,2 milhões apurados em 2018, crescimento de R$ 14 milhões ou 36,7%. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento das receitas operacionais da Companhia, em função do crescimento de mercado frente ao ano anterior, e da racionalização dos gastos operacionais gerenciáveis. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	2019	2018	Variação (R$ mil)	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	35.261	26.420	8.841	33,5
(+) Impostos	10.258	7.092	3.166	44,6
(-) Resultado financeiro	(4.937)	(5.531)	594	-10,7
(+) Amortização	7.201	6.847	354	5,2
(=) EBITDA	**47.783**	**34.828**	**12.955**	**37,2**
(+) Participações estatutárias	4.466	3.404	1.062	31,2
(=) EBITDA ajustado	**52.249**	**38.232**	**14.017**	**36,7**

Com base nos resultados alcançados em 2019, a Administração da Santa Maria irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R$ 8,3 milhões (R$ 1,60 por ação ordinária e R$ 1,81 por ação preferencial) e juros sobre o capital próprio no valor de R$ 7,8 milhões (R$ 1,58 por ação).

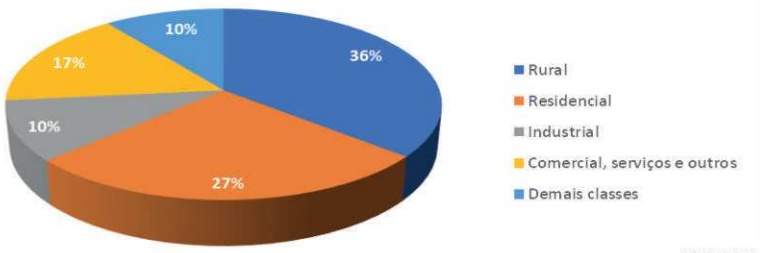
6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2019 a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 529,8 GWh, o que representou um crescimento de 12,7% em relação a 2018 (470 GWh). O desempenho positivo em 2019 é explicado pelo cenário econômico mais favorável, associado às altas temperaturas ao longo do ano. As classes de consumo com as variações mais relevantes em relação ao ano anterior foram: (i) classe rural, com aumento de consumo da ordem de 31,1%, especialmente pelo maior uso dos sistemas automatizados de irrigação; (ii) classes residencial, comercial e poder público, com aumentos de consumo de 8,5%, 7,2% e 11,2%, respectivamente, especialmente pelo maior uso dos aparelhos de ar condicionado; e (iii) classe industrial, com redução de consumo de 6,1%, em função da migração de 5 grandes consumidores do mercado cativo para o mercado livre. A Companhia encerrou 2019 com 16 consumidores livres (11 em 2018). O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

Classe de consumo	2019	2018	Variação (%)
Rural	193,236	147,396	31,1
Residencial	144,840	133,459	8,5
Industrial	54,273	57,777	-6,1
Comercial, serviços e outros	87,902	81,979	7,2
Iluminação pública	19,761	21,803	-9,4
Poder público	16,584	14,920	11,2
Serviço público	12,504	12,001	4,2
Consumo próprio	0,725	0,710	2,1
Total	**529,825**	**470,045**	**12,7**

A participação de mercado por classe de consumidores cativos é demonstrada no gráfico a seguir:



Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

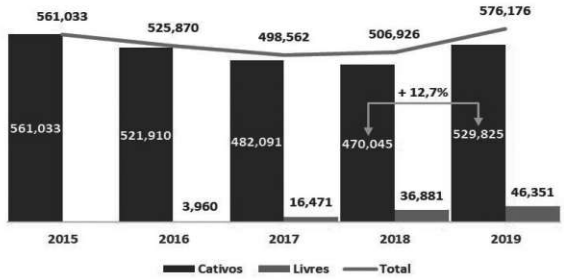
NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado de energia da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



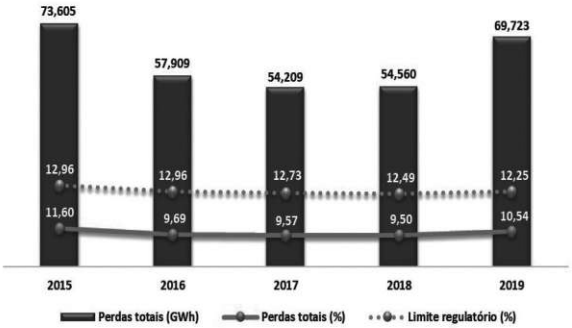
6.2 Perdas

A Santa Maria intensifica a cada ano o combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras e aumentar a produtividade das equipes. A prioridade dada a essas ações tem permitido à Companhia manter os níveis de perdas dentro dos parâmetros regulatórios. Em 2019, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 69,7 GWh, ou 10,5%, contra 54,5 GWh, ou 9,5%, em 2018. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2018	2019	2018	2019	2018	2019	
8,59	8,58	0,91	1,96	9,50	10,54	12,25

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%)
2018	2019	2018	2019	2018	2019	
49,355	56,774	5,205	12,949	54,560	69,723	27,79

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



6.3 Taxas de arrecadação e inadimplência

6.3.1 Taxa de arrecadação

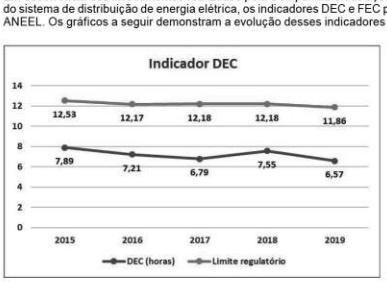
O desempenho da arrecadação é medido pela relação entre o valor total arrecadado com energia elétrica, inclusive de exercícios anteriores, e os valores faturados por fornecimento de energia elétrica no exercício. Em 2019, essa taxa ficou em 102,47%, contra 99,67% em 2018. O índice acima de 100% representa a recuperação de clientes em débito com a Santa Maria.

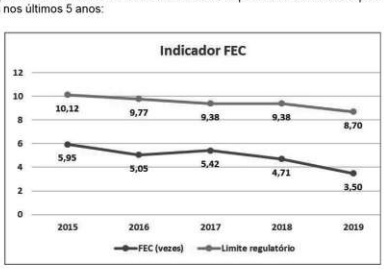
6.3.2 Taxa de inadimplência

A inadimplência é medida pela relação entre a Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PPECLD") e o faturamento acumulado no ano em análise. Na Santa Maria, essa razão foi de 0,27% em 2019 e em 2018.

6.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:





6.5 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação, tais como: call center, web site, aplicativo para celular e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 229.516 atendimentos em 2019 (214.831 em 2018).

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (call center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a Santa Maria está presente nos municípios de sua área de concessão com uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

A Companhia oferece ainda o serviço de ouvidoria, que pode ser acionado por meio de telefone, e-mail, carta, web site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância.

A ouvidoria realiza sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês a intermediação entre as manifestações dos clientes e a Companhia, atuando como representante dos direitos do cliente junto a Santa Maria.

No ano de 2019 a ouvidoria da Santa Maria recepcionou 340 contatos de clientes (173 em 2018) e intermediou 49 manifestações (34 em 2018).

6.6 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria tem implantado um Sistema de Gestão da Qualidade ("SGQ"), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem como objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria tem padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente acontecem auditorias externas e internas em setores alternados para manutenção da certificação, e a cada três anos a Companhia se submete a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas.

Em 2019 a Santa Maria recebeu a visita do BSI – British Standards Institution (organismo certificador) para realização da auditoria de manutenção e extensão de escopo, incluindo neste a análise técnica/aferição de medidores de energia elétrica, tendo sido na ocasião recomendada a manutenção de sua certificação e extensão do escopo.

Em 2020, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de recertificação.

6.7 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia elétrica em 2019 foi de 660,7 GWh. Desse montante, os contratos bilaterais representaram 55%, os contratos de energia base 23% e os demais contratos 22%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Suprimento (GWh)	
Bilaterais	365,614
CCEAR	128,171
Energia Base	148,990
MCSD	17,974
Mercado de curto prazo	-45,066
Energia em trânsito	46,351

Energia requerida 662,034

Faturamento (GWh)	
529,825	Fornecimento
16,135	Perdas na rede básica
56,774	Perdas técnicas
12,949	Perdas não técnicas
46,351	Energia em trânsito

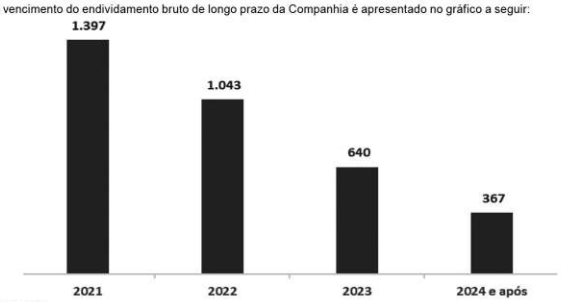
7. ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R$ 32,2 milhões, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o endividamento líquido, que engloba os empréstimos e financiamentos, passou de R$ 11,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 16 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, a relação entre o endividamento líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2019 foi de -30,8%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018	Variação (%)
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	12.690	17.157	-26,04
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	3.447	5.899	-41,57
Endividamento bruto	**16.137**	**23.056**	**-30,01**
Caixa e equivalentes de caixa	(32.230)	(11.953)	169,64
Endividamento líquido	**(16.093)**	**11.103**	**-244,94**
Endividamento líquido / EBITDA ajustado (%)	**-30,80**	**29,04**	**-206,06**

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

O cronograma de vencimento do endividamento bruto de longo prazo da Companhia é apresentado no gráfico a seguir:



8. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de agosto. A próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2021.

8.2 Reajuste tarifário anual de 2019

Em agosto, foi homologado pela ANEEL o reajuste tarifário anual da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de -14,18%, sendo -13,91% para os consumidores residenciais e -15,27% para os consumidores de alta tensão. A seguir apresentamos a participação das Parcelas A e B no reajuste:

Item	Descrição do item	Participação
1	Encargos setoriais	-5,28%
2	Custos de transmissão	-1,16%
3	Custos de aquisição de energia	-3,78%
4	**Total da Parcela A (1 + 2 + 3)**	**-10,22%**
5	**Total da Parcela B**	**0,12%**
6	**Índice de Reposicionamento Tarifário (4 + 5)**	**-10,10%**
7	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	0,17%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	-4,25%
9	**Reajuste Total Médio das Tarifas (6 + 7 + 8)**	**-14,18%**

8.3 Repasses da Conta de Desenvolvimento Energético

A ANEEL também homologou em agosto, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), a serem repassados à Santa Maria pela CCEE, para custear descontos tarifários concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R$ 62,9 milhões (R$ 37 milhões em 2018). O valor dos descontos tarifários é registrado mensalmente pela Companhia como receita operacional.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento.

Ao final de 2019, 316 colaboradores integravam o quadro funcional da Companhia, com a seguinte composição:

Empregados próprios em 31.12.2019, por gênero e categoria funcional

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	29	11%	5	12%	34	11%
Engenheiros, especialistas e analistas	69	25%	31	74%	100	32%
Eletricistas, técnicos e operadores	176	64%	6	14%	182	57%
Total	**274**	**100%**	**42**	**100%**	**316**	**100%**

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 61 colaboradores terceirizados.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	63	20%
Ensino médio	161	51%
Ensino fundamental	92	29%
Total	**316**	**100%**

Ao longo do ano de 2019 foram registradas 41 admissões (28 homens e 13 mulheres) e 28 desligamentos (27 homens e 1 mulher).

Na área de treinamento e desenvolvimento a Santa Maria mantém um programa de capacitação permanente para os seus colaboradores. Em 2019, destacamos os seguintes: (i) "Desafios diários do atendimento presencial, on line e telemarketing", que consistiu na construção de um novo olhar e uma nova postura para o atendimento ao consumidor, com a utilização de ferramentas baseadas em programação neurolinguística; e (ii) "Movimento A 10", que promoveu uma reflexão crítica sobre atendimento e identificou aspectos que contribuem para a satisfação das necessidades dos clientes.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, entre outros temas.

9.2 Saúde e segurança no trabalho

A saúde e segurança no trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender a toda legislação vigente, e orientar e treinar seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas, a Companhia promove anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, que em 2019 teve como tema "A única maneira de fazer um excelente trabalho com segurança, é amar o que você faz".

Durante a SIPAT 2019, com a participação de cerca de 180 colaboradores, foram promovidas várias palestras e treinamentos que abordaram os seguintes temas: (i) direção defensiva; (ii) legislação de trânsito e comportamento seguro; (iii) resgate em altura e primeiros socorros; e (iv) segurança se faz em equipe.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe ("H1N1"), imunizando mais de 270 colaboradores, além de ter oferecido tratamento dentário por meio da Unidade Móvel Odontológica ("UMO") do SESI, tendo registrado 129 atendimentos.

10. PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Desde o ano de 2017 a Santa Maria tem executado o projeto de P&D intitulado "Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas", classificado na fase da cadeia de inovação denominada "Cabeça de Série – CS", o que significa dizer que a tecnologia desenvolvida no projeto anterior – fase de desenvolvimento experimental –, concluído no ano de 2015, tem sido aplicada para fins de aperfeiçoamento da metodologia, sendo preparada, inclusive, para a inserção do produto em desenvolvimento no mercado nacional, ante sua relevância e aplicabilidade no setor elétrico nacional.

O projeto em execução tem como escopo o aperfeiçoamento da metodologia, do sistema computacional e do equipamento de monitoração desenvolvidos na fase anterior do projeto de P&D, visando à detecção, identificação, à segregação e à localização de perdas elétricas (segregadas nas componentes técnicas e comerciais), assim como a monitoração de parâmetros de qualimetria (segundo os procedimentos vigentes do PRODIST) em redes de distribuição urbanas e rurais de Média Tensão e Baixa Tensão, através de monitoração online e acesso às bases de dados energéticos da concessionária.

A previsão de conclusão do projeto é fevereiro/2021, com investimento estimado em R$ 1,5 milhão.

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
Ciente de sua responsabilidade e da importância do seu papel social nas comunidades onde está inserida, a Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social. Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:
Eficiência Energética
No ano de 2019 foi concluído o projeto de Eficiência Energética intitulado "Santa Maria Ilumina I – SMI I", iniciado em 2018 e que teve por objetivo a eficientização energética de 2.600 pontos de iluminação pública nos municípios que integram a área de concessão da Companhia, por meio da substituição de lâmpadas e luminárias convencionais (vapor de mercúrio, mista, vapor metálico e vapor de sódio) por luminárias de tecnologia LED. Finalizado em setembro/2019, o projeto atingiu a marca de 2.805 pontos de iluminação eficientizados, o que foi possível ante a necessidade de redimensionamento da potência de algumas luminárias e em decorrência da obtenção de melhores valores de serviço, viabilizando a elevação do número de pontos sem impacto significativo sobre o valor inicialmente previsto.
Foram investidos nesse projeto recursos da ordem de R$ 3,8 milhões. Através das ações empreendidas, foi obtida redução de 834,8 MWh/ano de consumo, além da redução de demanda na ponta de 58%, ou 196,6 kW, representando uma economia de energia de 56%.
Patrocínios e apoios
• Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina, que completou 17 anos ininterruptos em 2019;
• Patrocínio para diversos eventos educativos, culturais e esportivos;
• Doações para diversas entidades beneficentes; e
• Doação para o Fundo da Infância e Adolescência.
Iniciativas ambientais
A Santa Maria desenvolve atividades e programas com a finalidade de prevenir, controlar, mitigar ou compensar impactos ambientais nas comunidades em que atua, dentre os quais destacamos:
• Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
• Programa de Monitoramento de Peixes;
• Programa de Gerenciamento de Resíduos – PGR;
• Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo de Água; e
• Programa de Educação Ambiental – PEA.

12. AUDITORES INDEPENDENTES
Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Santa Maria esclarece que a empresa Baker Tilly Brasil – ES Auditores Independentes, no exercício de 2019, prestou a essa Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.
A Administração da Santa Maria entende e declara que esses serviços foram prestados em atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

13. BALANÇO SOCIAL

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A						
Balanço social - Formulário IBase						
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	**2019**			**2018**		
Receita líquida (RL)	288.934			267.079		
Resultado operacional (RO)	45.048			31.385		
Folha de pagamento bruta (FPB)	26.342			26.162		
2 - Indicadores sociais internos	**Valores R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valores R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	1.560	5,92%	0,54%	1.385	5,29%	0,52%
Encargos sociais compulsórios	6.103	23,17%	2,11%	6.064	23,18%	2,27%
Previdência privada	782	2,97%	0,27%	719	2,75%	0,27%
Saúde	436	1,66%	0,15%	435	1,66%	0,16%
Segurança e medicina do trabalho	540	2,05%	0,19%	272	1,04%	0,10%
Educação	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Cultura	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	135	0,51%	0,05%	130	0,50%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	–	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	–	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)	173	0,66%	0,06%	176	0,67%	0,07%
Total dos indicadores sociais internos	**9.729**	**36,94%**	**3,37%**	**9.181**	**35,09%**	**3,44%**
3 - Indicadores sociais externos	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	14	0,03%	0,00%	5	0,02%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	10	0,02%	0,00%	10	0,03%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	3	0,01%	0,00%	7	0,02%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	19	0,04%	0,01%	11	0,04%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**46**	**0,10%**	**0,01%**	**33**	**0,11%**	**0,00%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	123.372	273,87%	42,70%	115.308	367,40%	43,17%
Total dos indicadores sociais externos	**123.418**	**273,97%**	**42,71%**	**115.341**	**367,51%**	**43,17%**
4 - Indicadores ambientais	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valores R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	5	0,01%	0,00%	11	0,04%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**5**	**0,01%**	**0,00%**	**11**	**0,04%**	**0,00%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	**2019**			**2018**		
Nº de empregados (as) ao final do período	316			294		
Nº de admissões durante o período	41			44		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	61			60		
Nº de estagiários (as)	2			-		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	115			108		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	42			29		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14,70%			14,28%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	139			136		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	20,59%			20,59%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	10			10		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2019**			**2018**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,22			25,08		
Número total de acidentes de trabalho	2			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa sãodefinidos por:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 811	No procon: 7	Na justiça: 15	Na empresa: 600	No procon: 9	Na justiça: 12
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 60,00%	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 70,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R$ mil):	Em 2019: 232.939			Em 2018: 214.311		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	Governo: 70,38%			Governo: 73,77%		
	Acionistas: 8,83%			Acionistas: 7,97%		
	Colaboradores (as): 9,27%			Colaboradores (as): 10,14%		
	Terceiros: 3,30%			Terceiros: 2,17%		
	Retido: 8,22%			Retido: 5,95%		
7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						

A Administração.

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.230	11.953
Consumidores	6	31.916	38.249
Concessionárias e permissionárias	7	1.866	371
Tributos compensáveis	8	17.294	515
Almoxarifado operacional	9	1.433	1.251
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	7.490	25.772
Despesas pagas antecipadamente	31.1	215	302
Reembolsos do fundo da CDE	11	21.305	3.910
Outros ativos circulantes	12	541	493
Total do circulante		**114.290**	**82.816**
Não circulante			
Tributos compensáveis	8	30.057	542
Depósitos judiciais e cauções	26.1	109	99
Outros ativos não circulantes	12	716	1.365
Ativo financeiro indenizável	13.1	5.408	4.828
Ativo contratual	13.2	10.349	6.137
Intangível	14	124.907	124.765
Total do não circulante		**171.546**	**137.736**
Total do ativo		**285.836**	**220.552**

Passivo	Nota	2019	2018 Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	15	17.329	19.372
Empréstimos e financiamentos	16	12.690	17.157
Obrigações sociais e trabalhistas	17	7.776	6.298
Tributos	18	8.707	10.056
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	22.4	14.932	12.581
Encargos setoriais	19	5.150	6.335
Consumidores	20	16.287	–
Outros passivos circulantes	21	1.518	1.636
Total do circulante		**84.389**	**73.435**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	3.447	5.899
Tributos	18	10.488	11.283
Provisões	26	1.489	–
Consumidores	20	32.582	–
Outros passivos não circulantes	21	38	268
Total do não circulante		**48.044**	**17.450**
Patrimônio líquido	22		
Capital social	22.1	112.499	100.000
Reservas de lucro	22.3	40.904	29.667
Total do patrimônio líquido		**153.403**	**129.667**
Total do passivo e patrimônio líquido		**285.836**	**220.552**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018 Reapresentado
Receita operacional líquida	23	**288.934**	**267.079**
Custos dos serviços	24	**(225.487)**	**(217.899)**
Custo com energia elétrica		(174.099)	(168.966)
Custo de operação		(38.158)	(34.526)
Custo de construção		(13.230)	(14.407)
Lucro Bruto		**63.447**	**49.180**
Despesas operacionais	24	(18.399)	(17.795)
Lucro Operacional		**45.048**	**31.385**
Resultado financeiro	25	**4.937**	**5.531**
Receitas financeiras		11.329	9.009
Despesas financeiras		(6.392)	(3.478)
Lucro antes dos impostos		**49.985**	**36.916**
Impostos	18.2	**(10.258)**	**(7.092)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(10.200)	(7.041)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(58)	(51)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		**39.727**	**29.824**
Participações estatutárias	17.1	(4.466)	(3.404)
Lucro líquido do exercício		**35.261**	**26.420**
Lucro por ação	22.2	**7,11**	**5,58**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

				Reservas de lucro			
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**100.000**	**2.572**	**8.404**	**2.352**	**6.070**	**–**	**119.398**
Realização da reserva de lucros a realizar	–	–	(270)	–	–	270	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	26.420	26.420
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	3.132	–	–	–	(3.132)	–
Constituição de reserva legal	–	–	–	1.160	–	(1.160)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	97	–	–	(97)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	8.623	(8.623)	–
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(2.473)	(13.678)	(16.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**100.000**	**5.704**	**8.231**	**3.512**	**12.220**	**–**	**129.667**
Aumento do capital social	12.499	(5.525)	–	–	(757)	–	6.217
Realização da reserva de lucros a realizar	–	–	(270)	–	–	270	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	35.261	35.261
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	–	4.727	–	–	–	(4.727)	–
Constituição de reserva legal	–	–	–	1.521	–	(1.521)	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	113	–	–	(113)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	13.064	(13.064)	–
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(1.636)	(16.106)	(17.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**112.499**	**4.906**	**8.074**	**5.033**	**22.891**	**–**	**153.403**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		49.985	36.916
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	24	987	819
Amortização	24.4	7.783	7.395
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	25	(228)	(1.563)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	25	124	251
Encargos sobre operação de mútuo	25	128	96
Resultado com derivativos – *Swap*	25	531	109
Valor justo do ativo financeiro indenizável	23	(170)	(147)
Provisão para litígios cíveis	26	1.489	–
		60.629	**43.876**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Consumidores	6	5.786	(5.354)
Concessionárias e permissionárias	7	(1.495)	(371)
Tributos compensáveis	8	(46.294)	1.712
Almoxarifado operacional	9	(182)	(4)
Despesas pagas antecipadamente	31	87	45
Depósitos judiciais e cauções	26	(10)	22
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	18.510	(17.795)
Reembolsos do fundo da CDE	11	(17.395)	(14.517)
Outros ativos	12	161	(476)
		(40.832)	**(36.738)**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	15	(2.043)	3.633
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.478	1.380
Tributos	18	(2.144)	(2.320)
Encargos setoriais	19	(1.309)	(165)
Consumidores	20	48.869	–
Outros passivos	21	(348)	449
		44.503	**2.977**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**64.300**	**10.115**
Imposto de renda e contribuição social	18.2	(10.258)	(7.092)
Caixa líquido das atividades operacionais		**54.042**	**3.023**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo contratual	13.2	(13.378)	(11.187)
Baixas do intangível	14	831	1.032
Caixa líquido das atividades de investimento		**(12.547)**	**(10.155)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		6.217	–
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	22.4	(15.391)	(13.298)
Participações estatutárias	17.1	(4.466)	(3.404)
Captação de empréstimos e financiamentos	16.4	10.000	13.880
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.3	(18.659)	(3.814)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	25	1.081	626
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(21.218)**	**(6.010)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**20.277**	**(13.142)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.953	25.095
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		32.230	11.953
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**20.277**	**(13.142)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Geração do valor adicionado			
Receitas	23		
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		356.146	319.606
Outras receitas		68.033	79.158
Receitas relativas à construção de ativos próprios		13.230	14.407
		437.409	413.171
Penalidades DIC/FIC e outras	23	(363)	(246)
		437.046	412.925
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	24	(987)	(819)
Provisão para litígios cíveis		(1.489)	–
		434.570	**412.106**
Insumos adquiridos de terceiros	24		
Custo da energia elétrica vendida		(174.099)	(168.966)
Materiais		(3.081)	(3.007)
Serviços de terceiros		(10.277)	(8.270)
Seguros		(476)	(567)
Custo de construção		(13.230)	(14.407)
Outros gastos operacionais		(5.024)	(5.146)
		(206.187)	**(200.363)**
Valor adicionado bruto		**228.383**	**211.743**
Amortização	24	(7.201)	(6.847)
Valor adicionado líquido		**221.182**	**204.896**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	11.757	9.415
Valor adicionado total a distribuir		**232.939**	**214.311**

	Nota	2019	2018
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	24.2		
Remuneração direta		16.422	16.981
Benefícios		3.817	3.117
FGTS		1.354	1.626
		21.593	**21.724**
Impostos, taxas e contribuições	18.2; 23; 24; 24.2 e 25		
Federais		51.415	49.943
Estaduais		76.598	69.750
Municipais		108	53
		128.121	**119.746**
Outras obrigações			
Obrigações intrassetoriais	23	35.809	38.361
		35.809	**38.361**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	25	6.392	3.478
Aluguéis	24	1.297	1.178
		7.689	**4.656**
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	22.4	7.833	7.314
Dividendos declarados	22.4	8.273	6.364
Participações estatutárias	17.1	4.466	3.404
Lucros retidos		19.155	12.742
		39.727	**29.824**
		232.939	**214.311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999–ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km2. As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico–financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Companhia elaborou de forma espontânea a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do CPC, as quais não são requeridas para empresas de capital fechado e pelas IFRS, sendo apresentada como parte suplementar às demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2020.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 28.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 23); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da CCEE (Nota Explicativa nº 23); (iii) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas Explicativas nº 13.1 e 14); (iv) a análise do risco de crédito para determinação das provisões para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 26); e (vi) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 10).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva de saldos apresentados no balanço patrimonial, demonstração do resultado, e demonstração dos fluxos de caixa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente aprovados em 01 de março de 2019. As reapresentações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido, lucro líquido do exercício, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, e estão apresentadas a seguir:

Balanço patrimonial	Ref.	2018		
		Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Ativo circulante				
Reembolsos do fundo da CDE	(a)	–	3.910	3.910
Outros ativos circulantes	(a)	4.403	(3.910)	493
Ativos circulantes não impactados		78.413	–	78.413
Total do circulante		**82.816**	**–**	**82.816**
Ativo não circulante				
Ativo contratual	(b)	–	6.137	6.137
Intangível	(b)	130.902	(6.137)	124.765
Ativos não circulantes não impactados		6.834	–	6.834
Total do não circulante		**137.736**	**–**	**137.736**
Total do ativo		**220.552**	**–**	**220.552**

Demonstração do resultadodo exercício	Ref.	2018		
		Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Receita operacional líquida		267.079	–	267.079
Custos dos serviços	(c)	(218.305)	406	(217.899)
Despesas operacionais		(17.795)	–	(17.795)
Resultado financeiro	(c)	5.937	(406)	5.531
Impostos		(7.092)	–	(7.092)
Participações estatutárias		(3.404)	–	(3.404)
Lucro líquido do exercício		**26.420**	**–**	**26.420**

Demonstração dos fluxos de caixa	Ref.	2018		
		Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Lucro antes dos impostos		36.916	–	36.916
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa		6.960	–	6.960
		43.876	**–**	**43.876**
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
Reembolsos do fundo da CDE	(a)	–	(14.517)	(14.517)
Outros ativos	(a)	(4.386)	3.910	(476)
Variações não impactadas		(21.745)	–	(21.745)
		(26.131)	**(10.607)**	**(36.738)**
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
Outros passivos	(a)	(10.158)	10.607	449
Variações não impactadas		2.528	–	2.528
		(7.630)	**10.607**	**2.977**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**10.115**	**–**	**10.115**
Imposto de renda e contribuição social		(7.092)	–	(7.092)
Caixa líquido das atividades operacionais		**3.023**	**–**	**3.023**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao ativo contratual	(d)	(11.222)	35	(11.187)
Baixas do intangível	(d)	(1.067)	(35)	1.032
Caixa líquido das atividades de investimento		**(10.155)**	**–**	**(10.155)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento não impactados		(6.010)	–	(6.010)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(6.010)**	**–**	**(6.010)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**(13.142)**	**–**	**(13.142)**

(a) Reapresentação efetuada para evidenciar o montante da rubrica "Reembolsos do fundo da CDE", anteriormente classificado na rubrica "Outros ativos circulantes" (Nota Explicativa nº 11).
(b) Os ativos da infraestrutura da concessão, durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passam a ser classificados como ativo contratual, conforme IFRS 15 / CPC 47 (Nota Explicativa nº 13.2).
(c) Reapresentação efetuada para alocar o montante dos tributos incidentes sobre as receitas financeiras (PIS/COFINS) na rubrica "Receitas financeiras", anteriormente classificado na rubrica "Custo dos serviços" (Nota Explicativa nº 25).
(d) Reapresentação efetuada para alocar, na demonstração dos fluxos de caixa, o montante das baixas por pagamento do saldo da Reserva para Reversão na rubrica "Baixas do intangível", anteriormente classificado na rubrica "Adições ao ativo contratual" (Nota Explicativa nº 14).

3 Sumário das principais práticas e mudanças nas políticas contábeis

3.1 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa nº 5).

b) Instrumentos Financeiros

• Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

• Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá–los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, os valores faturados a consumidores finais e a receita referente à energia consumida e não faturada. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD (Nota Explicativa nº 6);

d) Estoques

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Concessão do serviço público (ativo financeiro indenizável, ativo contratual e intangível)

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC01 (ITG 01) – Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, com redação dada pela Resolução CFC nº 1.376/2011, aplicável aos contratos de concessão público–privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, essa interpretação é aplicável.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, se a Concessionária não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação ICPC 01 (IFRIC 12), dependendo do tipo de compromisso de remuneração da Concessionária assumido com o Poder Público.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica–se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

• Ativo financeiro indenizável

Representa a parcela estimada do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber da União a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Está registrado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, conforme critérios estabelecidos pela ANEEL, com base no valor dos ativos em serviço vinculados à concessão e que serão revertidos ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, e está classificado ao valor justo por meio do resultado (Nota Explicativa nº 13.1).

• Ativo contratual – Infraestrutura da concessão

O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão (Nota Explicativa nº 13.2).

• Intangível

Compreende o direito da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso da infraestrutura. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado, como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 14).

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

h) Subvenções governamentais

A receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, é reembolsada pela CCEE.

i) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem–se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos.

Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (Nota Explicativa nº 10).

j) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091–A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica "Reserva de incentivos fiscais" nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando aplicável.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Atualmente, o critério utilizado está de acordo com o estabelecido na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração da Companhia para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (Nota Explicativa nº 6).

n) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas à prestação de serviço.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade dos investimentos finalizados adicionada ao ativo intangível é registrada no resultado como custo de construção.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

p) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

q) Benefícios pós emprego

• Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível (Nota Explicativa nº 29).

r) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

s) Informações por segmento

Por possuir apenas um segmento, o de distribuição de energia elétrica, a Companhia não apresenta informações segmentadas em Nota Explicativa específica.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, sendo os bens arrendados depreciados de acordo com a vida útil. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia figura como locatária em contratos referentes a imóveis para fins comerciais, que não são ou não contêm arrendamento na data da aplicação inicial da norma, uma vez que não cabe à Companhia: (i) o direito de direcionar como e para qual finalidade os ativos serão usados durante todo o período de uso e (ii) o direito de autorizar, ou não, previamente, quaisquer reformas, modificações ou transformações nos ativos locados.

Desse modo, a Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição previsto na IFRS 16, e não irá adotar a nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento aplicando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4). Consequentemente, a aplicação da nova norma pela Companhia se dará somente a contratos celebrados (ou alterados) a partir da data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019.

b) ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvam incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do referido pronunciamento, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. Desse modo, a Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade e caso exista alguma incerteza, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras deverá refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não existem incertezas significativas quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e por esse motivo sua adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 não provocou impactos nas demonstrações financeiras.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

No dia 12 de março de 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como de reaver os valores recolhidos anteriormente. Com base nesta decisão, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS e da COFINS da Companhia nos faturamentos realizados a partir do mês de maio de 2019. Além disso, a Companhia reconheceu o montante de R$ 52.630 a recuperar, atualizado monetariamente, retroativo a competência julho de 2011, na rubrica "Tributos compensáveis" (Nota Explicativa nº 8), e em contrapartida reconheceu obrigação na rubrica "Consumidores" (Nota Explicativa n° 20). A Receita Federal do Brasil deferiu o pedido de habilitação dos créditos no dia 20 de maio de 2019. A Companhia, por sua vez, iniciou as compensações a partir do mês de junho de 2019, e o repasse dos valores recuperados aos consumidores a partir do mês de julho de 2019. Por se tratar de matéria eminentemente tributária, e considerando que a Companhia apurou de forma individualizada o ônus suportado por cada consumidor durante o período compreendido no processo judicial, a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendeu que a forma mais adequada e transparente de repasse dos valores recuperados também seria de forma individualizada, mediante crédito lançado diretamente nas contas de energia elétrica. Dessa forma, como o procedimento de repasse dos valores recuperados adotado pela Companhia não envolve as tarifas homologadas ou qualquer outro mecanismo regulatório, não houve formulação de consulta prévia à ANEEL.

4.2 Assuntos regulatórios

4.2.1 Reajuste tarifário anual de 2019

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.591, de 13 de agosto de 2019, a diretoria da ANEEL aprovou, durante reunião pública, o reajuste tarifário anual da Companhia, vigente no período de 22 de agosto de 2019 a 21 de agosto de 2020.

Em média, as tarifas foram reajustadas em –14,18%, sendo que o efeito para os consumidores residenciais foi de –13,91% e para os consumidores de alta tensão (grupo A) de –15,27%.

O efeito médio de –14,18% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2018, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R$ 41,69/MWh; (ii) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R$ 62,43/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R$ 13,43/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2019 e 2018, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da bandeira	
Mês	2019	2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha patamar 2
Julho	Amarela	Vermelha patamar 2
Agosto	Vermelha patamar 1	Vermelha patamar 2
Setembro	Vermelha patamar 1	Vermelha patamar 2
Outubro	Amarela	Vermelha patamar 2
Novembro	Vermelha patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

Em 2019 a Companhia reconheceu o montante de R$ 8.230 de bandeira tarifária (R$ 9.757 em 2018), sendo que, deste montante, R$ 2.889 foram recebidos através da CCRBT (R$ 720 em 2018), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.2.3 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial).

O decreto também determina que, a partir de 2019, os descontos aplicados aos consumidores classificados como rural, cooperativa de eletrificação rural, serviço público de água, esgoto e saneamento e serviço público de irrigação, sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que o percentual seja zero. De acordo com a Resolução Normativa nº 868 de 17 de dezembro de 2019, a aplicação do novo percentual dos subsídios em cada ano deve ser feita a partir da homologação dos respectivos reajustes ou procedimentos ordinários de revisão tarifária de cada distribuidora, mantendo–se até esta data a aplicação do percentual do ano anterior.

Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo a retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, voltam a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão.

4.2.4 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	2.847	2.676
Aplicações financeiras de curto prazo	29.383	9.277
Total	**32.230**	**11.953**

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 equivale a 87,4% do CDI (93,2% em 2018).

6 Consumidores

	Valores correntes				Valores renegociados				
Classe de consumo	Vincendos	Vencidos	PPECLD	Total	A receber	PPECLD	Total	2019	2018
Fornecimento faturado (a)									
Residencial	5.693	4.037	(405)	9.325	163	(71)	92	9.417	11.188
Comercial,serviços e outros	3.592	1.899	(655)	4.836	416	(58)	358	5.194	6.799
Industrial	2.362	2.384	(923)	3.823	556	(298)	258	4.081	5.663
Rural	1.047	2.223	(179)	3.091	102	(23)	79	3.170	3.219
Poder Público	872	88	(8)	952	–	–	–	952	1.063
Iluminação Pública	696	71	(28)	739	–	–	–	739	1.691
Serviço Público	693	9	–	702	–	–	–	702	747
Subtotal	**14.955**	**10.711**	**(2.198)**	**23.468**	**1.237**	**(450)**	**787**	**24.255**	**30.570**
Fornecimento não faturado (b)	7.527	–	–	7.527	–	–	–	7.527	7.568
Serviços cobráveis	41	–	–	41	–	–	–	41	61
Participação financeira	127	–	(36)	91	–	–	–	91	49
Encargos tarifários	2	–	–	2	–	–	–	2	1
Total	**22.652**	**10.711**	**(2.234)**	**31.129**	**1.237**	**(450)**	**787**	**31.916**	**38.249**

(a) Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

	Vincendos (i)	Valores vencidos						
Classe de consumo	Até 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (ii)	2019	2018
Residencial	5.693	3.633	81	54	269	(405)	9.325	11.114
Comercial, serviços e outros	3.592	1.192	52	83	572	(655)	4.836	6.081
Industrial	2.362	1.388	28	45	923	(923)	3.823	5.502
Rural	1.047	1.876	101	67	179	(179)	3.091	3.164
Poder Público	872	79	–	–	9	(8)	952	1.062
Iluminação Pública	696	43	–	–	28	(28)	739	1.691
Serviço Público	693	9	–	–	–	–	702	747
Total	**14.955**	**8.220**	**262**	**249**	**1.980**	**(2.198)**	**23.468**	**29.361**

(i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; e

(ii) Os valores relativos à provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") foram constituídos em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções emitidas pelo órgão regulador e nas práticas adotadas pela Companhia, resumidas a seguir:

• Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, baseado na experiência real de perda de crédito dos últimos anos.

• Demais débitos

Em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

(a) Consumidores residenciais há mais de 90 dias;

(b) Consumidores comerciais há mais de 180 dias; e

(c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

A movimentação da PPECLD está assim apresentada:

Movimentação	R$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2018	**(1.379)**
Adições	(867)
Baixas	262
Reversões	220
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(1.764)**
Adições	(966)
Baixas	305
Reversões	227
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(2.198)**

(b) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática descrita no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

7 Concessionárias e permissionárias

Composição	2019	2018
Suprimento – CCEE – MCP (a)	1.294	371
Suprimento – CCEE – MVE (b)	572	–
Total	**1.866**	**371**

(a) Refere–se aos créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP") no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2019. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(b) Refere–se aos créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mecanismo de Venda de Excedentes ("MVE") no âmbito da CCEE.

8 Tributos compensáveis

		Circulante		Não circulante	
Composição	Ref.	2019	2018	2019	2018
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	82	82	–	–
Programa de integração social – PIS	(b)	2.976	–	5.257	–
Contribuição para o financ. da seguridade social – COFINS	(b)	13.797	–	24.064	–
Imposto sobre circ. de mercadorias e serviços – ICMS	(c)	425	413	736	542
Outros		14	20	–	–
Total		**17.294**	**515**	**30.057**	**542**

(a) Refere–se ao saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016 pendente de restituição.

(b) Refere–se ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base no trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota Explicativa nº 4.1). A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Movimentação	PIS	COFINS	TOTAL
Reconhecimento inicial	9.388	43.242	52.630
Atualizações no período	259	1.191	1.450
Compensações no período	(1.414)	(6.572)	(7.986)
Total	**8.233**	**37.861**	**46.094**
Circulante	2.976	13.797	16.773
Não circulante	5.257	24.064	29.321

(c) Refere–se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.

9 Almoxarifado operacional

O saldo de R$ 1.433 (R$ 1.251 em 2018) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição, e está assim representado:

Composição	2019	2018
Almoxarifado de manutenção e operação	1.174	1.045
Adiantamentos a fornecedores	240	161
Outros	19	45
Total	**1.433**	**1.251**

10 Ativos financeiros setoriais, líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2019	2018
Saldos iniciais	**25.772**	**6.414**
Constituição	9.685	37.074
Bandeiras tarifárias	(8.230)	(9.757)
Amortização	(18.959)	(7.795)
Atualização	228	1.563
Ressarcimento de encargos	(1.006)	(1.727)
Saldos finais	**7.490**	**25.772**

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

		Receita operacional líquida			Resultadofinanceiro				
	Saldos em 31/12/2018	Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização	Ressarcimento de encargos	Saldos em 31/12/2019	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar (v)
Ativos financeiros setoriais										
Itens da Parcela A (i)	**34.324**	**21.041**	**(7.033)**	**(25.407)**	**1.273**	**–**	**24.198**	**11.881**	**10.149**	**2.168**
Aquisição de energia	28.369	15.466	(7.033)	(19.506)	940	–	18.236	8.353	9.284	599
Proinfa	67	345	–	(157)	16	–	271	249	–	22
Transporte rede básica	1.476	1.026	–	(1.449)	67	–	1.120	500	586	34
Transporte itaipu	143	158	–	(190)	121	–	232	91	67	74
ESS	886	1.674	–	(1.282)	3	–	1.281	5	–	1.276
CDE	3.383	2.372	–	(2.823)	126	–	3.058	2.683	212	163
Componentes financeiros	**17.630**	**13.461**	**(1.197)**	**(19.127)**	**(26)**	**–**	**10.741**	**9.388**	**1.353**	**–**
Neutralidade da Parcela A (ii)	8.522	5.657	–	(13.244)	(28)	–	907	417	490	–
Sobrecontratação de energia (iii)	8.164	3.915	(1.197)	(4.840)	2	–	6.044	5.181	863	–
Outros itens financeiros (vi)	944	3.889	–	(1.043)	–	–	3.790	3.790	–	–
Total dos ativos financeiros setoriais	**51.954**	**34.502**	**(8.230)**	**(44.534)**	**1.247**	**–**	**34.939**	**21.269**	**11.502**	**2.168**
Passivos financeiros setoriais										
Itens da Parcela A (i)	**16.364**	**9.467**	**–**	**(14.910)**	**710**	**1.006**	**12.637**	**6.115**	**3.005**	**3.517**
Aquisição de energia	991	4.696	–	(2.088)	70	1.006	4.675	1.049	1.005	2.621
Proinfa	96	47	–	(99)	10	–	54	–	37	17
Transporte rede básica	192	214	–	(189)	66	–	283	65	–	218
Transporte itaipú	52	86	–	(52)	1	–	87	–	–	87
ESS	13.577	3.457	–	(11.023)	439	–	6.450	4.965	1.165	320
CDE	1.456	967	–	(1.459)	124	–	1.088	36	798	254
Componentes financeiros	**9.818**	**15.350**	**–**	**(10.665)**	**309**	**–**	**14.812**	**9.990**	**4.822**	**–**
Neutralidade da Parcela A (ii)	2.707	11.544	–	(4.914)	270	–	9.607	8.183	1.424	–
Sobrecontratação de energia (iii)	2.835	2.229	–	(2.393)	46	–	2.717	1.034	1.683	–
Ultrapassagem de demanda (iv)	778	500	–	(552)	(1)	–	725	210	515	–
Excedente de reativos (iv)	2.395	1.077	–	(1.703)	(6)	–	1.763	563	1.200	–
Outros itens financeiros (vi)	1.103	–	–	(1.103)	–	–	–	–	–	–
Total dos passivos financeiros setoriais	**26.182**	**24.817**	**–**	**(25.575)**	**1.019**	**1.006**	**27.449**	**16.105**	**7.827**	**3.517**
Total dos ativos financeiros setoriais, líquidos	**25.772**	**9.685**	**(8.230)**	**(18.959)**	**228**	**(1.006)**	**7.490**	**5.164**	**3.675**	**(1.349)**

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
(ii) Neutralidade da Parcela A: refere–se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
(iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
(iv) Devoluções tarifárias: referem–se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda ("UD") e Excedente de Reativos ("ER"), que passaram a ser disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 1.0, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 761, de 21 de fevereiro de 2017. De acordo com esse Submódulo, os valores de UD e ER faturados pela Companhia a partir do último dia do mês de sua publicação, atualizados pelo IPCA, passaram a ser considerados como redutores da Parcela B nos processos tarifários subsequentes. Os valores faturados anteriormente, constituídos entre a data base do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") do 4º ciclo de revisão tarifária e o último dia do mês de publicação do referido Submódulo, permanecerão registrados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela SELIC, e somente serão considerados como redutores da Parcela B quando da próxima revisão tarifária da Companhia, a ocorrer em 2021.
(v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica–se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando–se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.
(vi) Outros itens financeiros: considera–se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.
(vii) Bandeiras tarifárias: o saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias, que no período tiveram a seguinte movimentação (Nota Explicativa nº 4.2.2):

Movimentação	2019	2018
1. Faturamento de bandeiras tarifárias	(6.447)	(13.248)
2. Recursos não repassados à CCRBT, mantidos em poder da Companhia	5.341	9.037
3. Recursos repassados à CCRBT, encargos do consumidor (1 – 2)	**(1.106)**	**(4.211)**
4. Recursos recebidos da CCRBT	2.889	720
5. Recursos deduzidos do saldo de ativos financeiros setoriais (2 + 4)	**8.230**	**9.757**

11 Reembolsos do fundo da CDE

Refere–se ao saldo a receber decorrente da diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedido para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda, e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. Os valores reconhecidos são compensados e/ou ajustados no processo tarifário subsequente da Companhia. A ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.435/18	Ago/18 a Jul/19	3.083
ANEEL nº 2.591/19	Ago/19 a Jul/20	5.244

Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória n° 605/2013, regulamentada pelo Decreto n° 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo. A composição do saldo dos descontos tarifários é demonstrada como segue:

Composição	2019	2018 Reapresentado
Subsídio Baixa Renda	337	399
Subsídio Carga Fonte Incentivada	1.231	206
Subsídio Geração Fonte Incentivada	38	–
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	110	19
Subsídio Rural	4.733	794
Subsídio Irrigante/Aquicultor	14.856	2.492
Total	**21.305**	**3.910**

12 Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante 2019	Circulante 2018 Reapresentado	Não circulante 2019	Não circulante 2018
Crédito com empregados		178	148	–	–
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	131	68	–	–
Arrecadação da CIP	(a)	15	64	–	–
Convênios de arrecadação	(a)	135	207	–	–
Depósitos para reinvestimento	(b)	–	–	716	1.365
Outros		82	6	–	–
Total		**541**	**493**	**716**	**1.365**

(a) Refere–se à remuneração da Companhia: (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura; e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida", no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
(b) Refere–se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica "Outros passivos não circulantes" (Nota Explicativa nº 21), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

13 Concessão do serviço público

13.1 Ativo financeiro indenizável

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição ("VNR"), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") ao final do prazo contratual da concessão. Tal valor representa um crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, e está classificado no ativo não circulante da Companhia como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Movimentação	Ref.	R$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2018		**3.697**
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	147
Baixas por transferências para o intangível		(1)
Adições por transferências do intangível		985
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**4.828**
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	170
Adições por transferências do intangível		410
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**5.408**

(a) Refere-se à atualização, a título de avaliação a valor justo, do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida" (Nota Explicativa nº 23).
O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.
A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, não havendo, portanto, obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.
A concessão da Companhia tem prazo de vigência até 7 de julho de 2045. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo–se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13.2 Ativo contratual

Como consequência da adoção do CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Referem–se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como "Ativo financeiro indenizável" ou "Intangível", de acordo com a forma de remuneração. Esse valor foi reapresentado em 31 de dezembro de 2018 (Nota Explicativa nº 2.5). A composição dos saldos está assim apresentada:

Ativo contratual – Infraestrutura da concessão	2019	2018 Reapresentado
Em construção	10.959	6.341
(–) Obrigações especiais	(610)	(204)
Total	**10.349**	**6.137**

A movimentação do ativo contratual é demonstrada a seguir:

Ativo contratual – Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2018 Reapresentado	Ingressos	Transf. Para intangível	Valor líquido em 31/12/2019
Em construção	6.341	17.848	(13.230)	10.959
(–) Obrigações especiais	(204)	(4.470)	4.064	(610)
Total	**6.137**	**13.378**	**(9.166)**	**10.349**

Ativo contratual – Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 01/01/2018	Ingressos	Transf. Para intangível	Valor líquido em 31/12/2018 Reapresentado
Em construção	7.981	12.767	(14.407)	6.341
(–) Obrigações especiais	–	(1.580)	1.376	(204)
Total	**7.981**	**11.187**	**(13.031)**	**6.137**

14 Intangível

O intangível refere–se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão de distribuição de energia elétrica a ser recuperada via tarifa durante o prazo do contrato, e está assim representado:

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	2019 Valor líquido	2018 Valor líquido Reapresentado
Em serviço	4,15%	283.526	(111.083)	172.443	170.815
(–) Obrigações especiais		(71.734)	24.198	(47.536)	(46.050)
Total		**211.792**	**(86.885)**	**124.907**	**124.765**

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	2018 Valor líquido Reapresentado	2017 Valor líquido
Em serviço	4,18%	273.076	(102.261)	170.815	168.267
(–) Obrigações especiais		(67.705)	21.655	(46.050)	(47.122)
Total		**205.371**	**(80.606)**	**124.765**	**121.145**

De acordo com o Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil–econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.
As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2018 Reapresentado	Transf. de ativo contratual	Transf. de ativo financeiro indenizável	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2019
Em serviço	170.815	13.230	–	(410)	(10.325)	(867)	172.443
(–) Obrigações especiais	(46.050)	(4.064)	–	–	2.542	36	(47.536)
Total	**124.765**	**9.166**	**–**	**(410)**	**(7.783)**	**(831)**	**124.907**

(a) No exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$ 582, sendo R$ 548 em 2018 (Nota Explicativa nº 24.4).

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2017	Transf. de ativo contratual	Transf. de ativo financeiro indenizável	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2018 Reapresentado
Em serviço	168.267	14.407	1	(985)	(9.808)	(1.067)	170.815
(–) Obrigações especiais	(47.122)	(1.376)	–	–	2.413	35	(46.050)
Total	**121.145**	**13.031**	**1**	**(985)**	**(7.395)**	**(1.032)**	**124.765**

Os investimentos na infraestrutura da concessão são inicialmente registrados no ativo contratual, durante o período da construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão.
A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.
Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão. As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia.
A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

15 Fornecedores

Composição	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	13.753	15.438
Encargos de uso da Rede Básica	2.826	2.913
Materiais e serviços	750	1.021
Total	**17.329**	**19.372**

16 Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição

Operação	2019	2018
Moeda nacional	5.899	13.991
Moeda estrangeira	10.238	5.110
Mútuo – Parte relacionada	–	3.955
Total	**16.137**	**23.056**
Circulante	12.690	17.157
Não circulante	3.447	5.899

16.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação: Periodicidade de amortização	Garantias reais	Custo da dívida: Indexador	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						**2.452**	**3.447**	**5.899**
Eletrobrás – LPT – ECFS 226/2008	30/10/2020	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	566	–	566
Eletrobrás – LPT – ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	550	275	825
Eletrobrás – LPT – ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	160	261
Banco do Brasil S/A – 40/00513–5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	5,50%	234	20	254
Banco do Brasil S/A – 40/00805–3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	2,50%	212	405	617
Banco do Brasil S/A – 40/00855–X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	2,50%	13	26	39
Banco do Brasil S/A – 40/00857–6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	2,50%	24	48	72
Banco do Brasil S/A – 40/00873–8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré–fixado	2,50%	70	147	217
Banco do Brasil S/A – 40/00877–0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré–fixado	2,50%	6	12	18
Banco do Brasil S/A – 40/00979–3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	3,50%	15	44	59
Banco do Brasil S/A – 40/00980–7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	3,50%	191	540	731
Banco do Brasil S/A – 40/00991–2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	3,50%	37	102	139
Banco do Brasil S/A – 40/01099–6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	28	97	125
Banco do Brasil S/A – 40/01100–3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	10	35	45
Banco do Brasil S/A – 40/01107–0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	26	94	120
Banco do Brasil S/A – 40/01108–9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	19	69	88
Banco do Brasil S/A – 40/01162–3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	29	114	143
Banco do Brasil S/A – 40/01163–1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	17	65	82
Banco do Brasil S/A – 40/01164–X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	4	17	21
Banco do Brasil S/A – 40/01165–8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	6	23	29
Banco do Brasil S/A – 40/01168–2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	23	90	113
Banco do Brasil S/A – 40/01169–0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	266	1.042	1.308
Banco do Brasil S/A – 40/01196–8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré–fixado	6,00%	5	22	27
Moeda estrangeira						**10.238**	**–**	**10.238**
Itaú Unibanco S/A – CCBI 1070182 (a)	01/04/2020	Semestral	Aval/Fiança	Pré–fixado	0,71%	10.238	–	10.238
Total						**12.690**	**3.447**	**16.137**

(a) O contrato em moeda estrangeira possui proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo (Nota Explicativa nº 27e).

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	**3.243**	**8.916**	**12.159**
Ingressos	13.880	–	13.880
Encargos	831	–	831
Amortizações (principal e encargos)	(3.814)	–	(3.814)
Transferências	3.017	(3.017)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**17.157**	**5.899**	**23.056**
Ingressos	10.000	–	10.000
Encargos	1.740	–	1.740
Amortizações (principal e encargos)	(18.659)	–	(18.659)
Transferências	2.452	(2.452)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**12.690**	**3.447**	**16.137**

16.4 Captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro 2019

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Taxa de juros a.a.	Valor captado
Moeda estrangeira				
Euro				
Capital de giro	01/04/2020	Pré–fixado	0,71%	10.000
Taxa média e total			**0,71%**	**10.000**

16.5 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2021	2022	2023	2024 e após	Total
Parcelas do não circulante	1.397	1.043	640	367	3.447

17 Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Ref.	Circulante 2019	Circulante 2018
Salários a pagar		618	506
Previdência privada		134	195
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)		2.124	1.900
Tributos retidos na fonte		287	249
Consignações em favor de terceiros		70	44
Participações estatutárias (incluindo encargos sociais)	17.1	4.466	3.404
Outros		77	–
Total		**7.776**	**6.298**

17.1 Participações estatutárias

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

Composição	2019	2018
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	39.727	29.824
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(4.727)	(3.132)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(113)	(97)
Lucro líquido do exercício ajustado	**34.887**	**26.595**
Participações estatutárias (10%)	3.489	2.659
INSS sobre participações estatutárias (20%)	698	532
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	279	213
Participações estatutárias (incluindo encargos sociais)	**4.466**	**3.404**

18 Tributos

Composição	Circulante 2019	Circulante 2018	Não circulante 2019	Não circulante 2018
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (a)	372	318	3.058	3.118
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (a)	82	230	1.101	1.123
Programa de integração social – PIS	187	256	–	–
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	868	1.190	–	–
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	5.581	6.550	–	–
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	15	13	–	–
Instituto nacional de seguridade social – INSS	458	422	–	–
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	163	148	–	–
Impostos e contribuições retidos na fonte	268	216	–	–
Programa especial de regularização tributária – PERT (b)	713	713	6.329	7.042
Total	**8.707**	**10.056**	**10.488**	**11.283**

(a) O saldo não circulante de IRPJ e CSLL refere–se ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045 (Nota Explicativa nº 18.1).

(b) O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre a participação dos administradores. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, acrescidas de 1%.

18.1 Impostos diferidos

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2019	2018
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	3.058	3.118
Contribuição social	1.101	1.123
Total líquido – passivo não circulante	**4.159**	**4.241**

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2019		2018	
Passivo	**Base de cálculo**	**IRPJ + CSLL**	**Base de cálculo**	**IRPJ + CSLL**
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.233	4.159	12.472	4.241
Total	**12.233**	**4.159**	**12.472**	**4.241**

18.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
Composição	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro antes dos impostos	49.985	36.916	49.985	36.916
Juros sobre o capital próprio	(7.833)	(7.314)	(7.833)	(7.314)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	42.152	29.602	42.152	29.602
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	6.323	4.440	3.794	2.664
Base de cálculo do adicional do IRPJ	41.912	29.362		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	4.191	2.936		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	10.514	7.376	3.794	2.664
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	11	8	4	3
Multas indedutíveis	92	120	–	–
Provisões	619	260	223	94
Outras adições	75	16	27	5
	797	404	254	102
(–) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(4.727)	(3.132)	–	–
Incentivo fiscal PAT	(22)	(22)	–	–
Doações dedutíveis	(10)	(10)	–	–
Outras exclusões	(76)	(65)	(266)	(225)
	(4.835)	(3.229)	(266)	(225)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**6.476**	**4.551**	**3.782**	**2.541**
IRPJ e CSLL correntes	6.433	4.514	3.767	2.527
IRPJ e CSLL diferidos	43	37	15	14
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	**15,36%**	**15,37%**	**8,97%**	**8,58%**

19 Encargos setoriais

Composição	2019	2018
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (a)	1.218	1.140
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	1.811	3.073
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (b)	–	1.109
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (c)	30	28
Outros – CCRBT (d)	2.091	985
Total	**5.150**	**6.335**

(a) A Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética ("PEE"), Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("PROCEL"). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009–SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009. Por meio da Resolução Normativa nº 316, alterada pela Resolução Normativa nº 504, de 14 de agosto de 2012, e a Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do P&D e PEE, respectivamente. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

(b) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelo sistema interligado, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. As quotas mensais referentes a CDE USO do exercício de 2019 foram recolhidas diretamente à CCEE até o dia 10 do mês de competência da quota, conforme Resolução Homologatória nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018. Por sua vez, o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2018, se refere a quota mensal da CDE – Conta ACR, recolhida até o décimo segundo dia do mês subsequente a competência da quota, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.231 de 25 de abril de 2017. Em 2019, com a alteração da Resolução Homologatória nº 2.231 pela Resolução Homologatória nº 2.521 de 20 de março de 2019, a partir da competência agosto de 2019, a cota do encargo CDE – Conta ACR foi extinta não restando saldos a serem pagos em 31 de dezembro de 2019 pela Companhia.

(c) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE: foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(d) Valor estimado de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

20 Consumidores

Refere–se a obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base no trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota Explicativa nº 4.1). A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Movimentação	R$ mil
Reconhecimento inicial	52.630
Valores disponibilizados no período (a)	(6.320)
Valores não realizados no período (b)	1.599
Despesas processuais / Honorários advocatícios (c)	(490)
Atualizações no período (d)	1.450
Total	**48.869**
Circulante	16.287
Não circulante	32.582

(a) O montante de R$ 6.320 representa o valor total líquido disponibilizado aos consumidores no período.

(b) O montante de R$ 1.599 representa a parcela do valor total líquido disponibilizado aos consumidores não realizada no período, e correspondente a créditos lançados em contas de energia elétrica vencidas ou a vencer (R$ 1.064), e a créditos disponibilizados a clientes atualmente inativos ou inadimplentes com a Companhia (R$ 535).

(c) O montante de R$ 490 refere–se ao reembolso das despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil.

(d) Refere–se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

21 Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante 2019	Circulante 2018	Não circulante 2019	Não circulante 2018
Valores a repassar	(a)	1.297	1.278	–	–
Prêmios de seguros		75	154	–	–
Outros passivos	(b)	146	204	38	268
Total		**1.518**	**1.636**	**38**	**268**

(a) Refere–se aos valores a repassar a terceiros decorrentes dos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP e de outros valores.

(b) O saldo não circulante refere–se à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 12b).

22 Patrimônio Líquido

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era de R$ 112.499 (R$ 100.000 em 2018), composto por 4.961.620 ações, sem valor nominal, sendo 3.296.207 ações ordinárias (66,43%) e 1.665.413 ações preferenciais (33,57%), assim representados:

	2019		2018	
Espécie / Classe	**Quantidade**	**R$ mil**	**Quantidade**	**R$ mil**
Ordinárias	3.296.207	74.738	3.145.407	66.434
Preferenciais	1.665.413	37.761	1.589.222	33.566
Total	**4.961.620**	**112.499**	**4.734.629**	**100.000**
Valor patrimonial por ação (R$)		**30,92**		**27,38**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

22.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	35.261	26.420
Número de ações em poder dos acionistas	4.962	4.735
Lucro por ação (R$)	**7,11**	**5,58**

22.3 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	2019	2018
Reserva legal	(a)	5.033	3.512
Reserva de incentivos fiscais	(b)	4.906	5.704
Reserva de lucros a realizar	(c)	8.074	8.231
Reserva de retenção de lucros	(d)	22.891	12.220
Total		**40.904**	**29.667**

(a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu o valor de R$ 1.521 (R$ 1.160 em 2018).

(b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos. No exercício de 2019, R$ 5.525 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu o valor de R$ 4.727 (R$ 3.132 em 2018).

(c) Reserva de lucros a realizar: é formada pelas receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, de acordo com a metodologia de valor novo de reposição ("VNR"), bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável ao intangível em função da renovação do prazo da concessão da Companhia, ocorrida em 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu o valor de R$ 113 (R$ 97 em 2018). A reserva é apresentada líquida do montante dos encargos incidentes sobre ela, conforme demonstrado a seguir:

Reserva de lucros a realizar	2019	2018
Valor justo do ativo financeiro indenizável – Diferença de VNR	1.784	1.614
Intangível – Diferença de VNR	10.449	10.858
Reserva de lucros a realizar bruta	**12.233**	**12.472**
Encargos incidentes sobre a reserva de lucros a realizar (*)	(4.159)	(4.241)
Reserva de lucros a realizar líquida	**8.074**	**8.231**

(*) IRPJ e CSLL (34%) diferidos (Nota Explicativa nº 18.1).

(d) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2019, do lucro líquido do exercício, R$ 13.064 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R$ 8.623 em 2018).

22.4 Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2019	2018
Lucro líquido do exercício	35.261	26.420
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(4.727)	(3.132)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(113)	(97)
Constituição de reserva legal	(1.521)	(1.160)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.833)	(7.314)
Base de cálculo dos dividendos	**21.067**	**14.717**
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	5.267	3.679
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.006	2.685
Total dos dividendos propostos	**8.273**	**6.364**
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.833	7.314
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	**16.106**	**13.678**

Continua>>>

>>>Continuação

SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.
O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

		R$ / Ação	
Provento	**Valor proposto**	**ON**	**PN**
2019			
Dividendos propostos	8.273	1,60	1,81
Juros sobre o capital próprio	7.833	1,58	1,58
2018			
Dividendos propostos	6.364	1,17	1,69
Juros sobre o capital próprio	7.314	1,54	1,54

A movimentação e respectivos saldos correspondentes aos dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício de 2019 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendospropostos	JCP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**6.364**	**6.217**	**12.581**
(+) Crédito de JCP	–	7.833	20.414
(–) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	–	(1.174)	19.240
(–) Pagamento de JCP	–	(6.217)	13.023
(+) Crédito de dividendos complementares	1.636	–	14.659
(–) Pagamento de dividendos	(8.000)	–	6.659
(+) Crédito de dividendos propostos	8.273	–	14.932
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**8.273**	**6.659**	**14.932**

23 Receita operacional líquida

	Nº de consumidores		MWh		R$ mil	
Receita operacional	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	70.353	68.956	144.840	133.459	66.475	60.825
Industrial	1.281	1.286	54.273	57.777	25.233	26.786
Comercial, serviços e outros	9.198	8.710	87.902	81.979	40.878	38.128
Rural	32.264	31.655	193.236	147.396	40.435	31.853
Poder público	971	969	16.584	14.920	6.845	6.124
Iluminação pública	21	18	19.761	21.803	5.267	6.006
Serviço público	169	158	12.504	12.001	5.355	5.022
Consumo próprio	31	31	725	710	–	–
Total do fornecimento faturado	114.288	111.783	529.825	470.045	190.488	174.744
Fornecimento não faturado	–	–	–	–	(308)	329
Total do fornecimento de energia elétrica	**114.288**	**111.783**	**529.825**	**470.045**	**190.180**	**175.073**
Disponibilidade do sistema de distribuição – TUSD						
TUSD faturada – Consumidores cativos						
Residencial	–	–	–	–	55.584	49.184
Industrial	–	–	–	–	17.137	17.175
Comercial, serviços e outros	–	–	–	–	32.400	28.948
Rural	–	–	–	–	36.457	27.928
Poder público	–	–	–	–	6.103	5.335
Iluminação pública	–	–	–	–	4.363	4.651
Serviço público	–	–	–	–	3.843	3.429
TUSD faturada – Consumidores livres	16	11	46.351	36.881	9.763	7.449
TUSD faturada – Agentes de geração	2	–	–	–	49	–
Total da TUSD faturada	18	11	46.351	36.881	165.699	144.099
TUSD não faturada	–	–	–	–	267	434
Total da disponibilidade do sistema de distribuição – TUSD	**18**	**11**	**46.351**	**36.881**	**165.966**	**144.533**
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo – CCEE (a)	–	–	–	–	13.190	7.807
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 10)	–	–	–	–	(17.504)	19.522
Serviços cobráveis	–	–	–	–	433	507
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	–	–	–	–	67.615	48.935
Receita de construção (c)	–	–	–	–	13.230	14.407
Compartilhamento de infraestrutura	–	–	–	–	2.808	1.020
Arrecadação de convênios	–	–	–	–	726	644
Valor justo do ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 13.1)	–	–	–	–	170	147
Ganhos na alienação de bens e direitos	–	–	–	–	277	530
Outras receitas operacionais	–	–	–	–	318	46
Total das outras receitas operacionais	**–**	**–**	**–**	**–**	**81.263**	**93.565**
Receita operacional bruta	**114.306**	**111.794**	**576.176**	**506.926**	**437.409**	**413.171**
(–) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	–	–	–	–	(6.405)	(6.763)
COFINS	–	–	–	–	(29.500)	(31.154)
ICMS	–	–	–	–	(76.300)	(69.524)
ISSQN	–	–	–	–	(98)	(44)
Total dos tributos sobre a receita	–	–	–	–	(112.303)	(107.485)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	–	–	–	–	(1.361)	(1.254)
Programa de Eficiência Energética – PEE	–	–	–	–	(1.361)	(1.254)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	–	–	–	–	(31.649)	(31.324)
Taxa de Fiscalização dos Serv. de Energia Elétrica – TFSEE	–	–	–	–	(332)	(318)
Outros encargos do consumidor (d)	–	–	–	–	(1.106)	(4.211)
Total dos encargos do consumidor	–	–	–	–	(35.809)	(38.361)
Outras deduções						
Penalidades DIC/FIC e outras	–	–	–	–	(363)	(246)
Total de outras deduções	–	–	–	–	(363)	(246)
Total das deduções à receita operacional	**–**	**–**	**–**	**–**	**(148.475)**	**(146.092)**
Receita operacional líquida	**114.306**	**111.794**	**576.176**	**506.926**	**288.934**	**267.079**

(a) Refere–se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE.
Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.
(b) Refere–se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.
(c) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
(d) Refere–se aos valores que foram repassados pela Companhia à CCRBT com base no mecanismo de bandeiras tarifárias (Notas Explicativas nº 4.2.2 e 10vii).

24 Custos dos serviços e despesas operacionais

Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

		Custos dos serviços					
Natureza de gastos	**Ref.**	**Com energia elétrica**	**De operação**	**Prestados a Terceiros**	**Total**	**Despesas operacionais**	**2019**	**2018 Reapresentado**
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	145.582	–	–	145.582	–	145.582	136.806
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	24.1	28.517	–	–	28.517	–	28.517	32.160
Pessoal e administradores	24.2	–	16.983	–	16.983	9.359	26.342	26.162
Materiais		–	2.468	–	2.468	613	3.081	3.007
Serviços de terceiros	24.3	–	7.426	–	7.426	2.851	10.277	8.270
Amortização	24.4	–	6.728	–	6.728	473	7.201	6.847
Seguros		–	476	–	476	–	476	567
Arrendamento e alugueis		–	743	–	743	554	1.297	1.178
PPECLD		–	987	–	987	–	987	819
Provisão para litígios cíveis		–	1.489	–	1.489	–	1.489	–
Tributos		–	279	–	279	104	383	325
Custo de construção		–	–	13.230	13.230	–	13.230	14.407
Outros gastos	24.5	–	579	–	579	4.445	5.024	5.146
Total		**174.099**	**38.158**	**13.230**	**225.487**	**18.399**	**243.886**	**235.694**

24.1 Custo com energia elétrica

	2019		2018	
Composição	**MWh**	**R$ mil**	**MWh**	**R$ mil**
Energia elétrica comprada para revenda	**660.749**	**145.582**	**564.185**	**136.806**
Suprimento de Energia Elétrica	**660.749**	**161.667**	**564.185**	**150.332**
Energia Bilateral	365.614	85.826	397.304	95.392
Energia de Leilão	128.171	25.665	23.878	4.355
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	11.436	4.497	11.727	4.002
Energia de curto prazo – CCEE	–	14.626	–	21.967
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD	17.974	5.025	41.078	8.599
Cotas de Angra I/Angra II – Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	13.311	3.371	8.668	2.150
Cotas de Garantia Física – Lei nº 12.783/2013	58.139	5.961	36.741	3.323
Energia de Itaipu – Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	66.104	16.696	44.789	10.544
(–) Créditos de Tributos Recuperáveis	**–**	**(16.085)**	**–**	**(13.526)**
PIS	–	(2.869)	–	(2.413)
Cofins	–	(13.216)	–	(11.113)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	**–**	**28.517**	**–**	**32.160**
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	**–**	**31.303**	**–**	**35.203**
Encargos de Uso da Rede Elétrica	–	26.806	–	30.883
Transporte Itaipu	–	1.686	–	1.072
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	–	1.510	–	1.859
Encargo de Energia de Reserva – EER	–	1.301	–	1.389
(–) Créditos de Tributos Recuperáveis	**–**	**(2.786)**	**–**	**(3.043)**
PIS	–	(497)	–	(543)
Cofins	–	(2.289)	–	(2.500)
Total	**660.749**	**174.099**	**564.185**	**168.966**

24.2 Pessoal e Administradores

Composição	2019	2018
Pessoal	**22.539**	**22.447**
Remuneração	13.571	14.197
INSS	4.179	3.881
FGTS	1.178	1.458
Previdência privada	576	513
Despesas rescisórias	191	–
Outros benefícios	2.844	2.398
Administradores (Diretoria e Conselho)	**3.803**	**3.715**
Honorários	2.851	2.784
INSS	570	557
FGTS	176	168
Previdência privada	206	206
Total	**26.342**	**26.162**

24.3 Serviços de terceiros

Composição	2019	2018
Consultoria	1.210	952
Auditoria	78	86
Assessoria jurídica	357	309
Comercial	385	324
Manutenção	990	880
Vigilância	195	196
Informática	602	507
Leitura de medidores e outros	5.028	3.920
Limpeza de faixas de servidão	1.414	1.081
Outros	18	15
Total	**10.277**	**8.270**

24.4 Amortização

Composição	2019	2018
Quota de amortização no exercício	7.783	7.395
(–) Créditos de tributos recuperáveis – PIS	(103)	(98)
(–) Créditos de tributos recuperáveis – COFINS	(479)	(450)
Total	**7.201**	**6.847**

24.5 Outros gastos

Composição	2019	2018
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	579	989
Indenização por perdas e danos	141	126
Consumo próprio de energia elétrica	459	441
Taxa de arrecadação	1.673	1.592
Telefonia, internet e intranet	742	618
Propaganda e publicidade	494	496
Mensalidades e anuidades	309	219
Anúncios e publicações	134	125
Outros gastos	493	540
Total	**5.024**	**5.146**

25 Resultado financeiro

Resultado financeiro	Receita	Despesa	2019	2018
Resultado financeiro de operações com ativos e passivos financeiros setoriais				**Reapresentado**
Atualização monetária com ativos e passivos financeiros setoriais	1.249	(1.021)	228	1.563
	1.249	**(1.021)**	**228**	**1.563**
Resultado financeiro de operações com capitais de terceiros				
Derivativos – Swap	1.505	(2.036)	(531)	(109)
Encargos de dívidas – moeda nacional	–	(762)	(762)	(625)
Encargos de dívidas – moeda estrangeira	–	(62)	(62)	(260)
Variação cambial	1.222	(1.479)	(257)	259
Encargos sobre operação de mútuo	–	(128)	(128)	(96)
	2.727	**(4.467)**	**(1.740)**	**(831)**
Resultado financeiro de operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	195	(364)	(169)	(232)
Encargos de liquidação do MCP – CCEE	–	(290)	(290)	(62)
	195	**(654)**	**(459)**	**(294)**
Resultado financeiro de outras operações				
Receita com aplicações financeiras	1.236	–	1.236	725
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.329	–	5.329	5.220
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	–	(96)	(96)	(197)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	–	(124)	(124)	(251)
Atualização monetária dos descontos tarifários – CDE	713	(17)	696	–
Outras operações	308	(13)	295	2
	7.586	**(250)**	**7.336**	**5.499**
(–) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(60)	–	(60)	(57)
COFINS	(368)	–	(368)	(349)
	(428)	**–**	**(428)**	**(406)**
Resultado financeiro	**11.329**	**(6.392)**	**4.937**	**5.531**

26 Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá–las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.
A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.
O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.
• Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		
Composição	**Constituição**	**Atualização**	**Saldo em 31/12/2019**
Cíveis	739	750	1.489

As ações cíveis referem–se a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, entre outros, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.
• Risco de perda possível
As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

	Passivo	
Composição	**2019**	**2018**
Cíveis	1.775	2.426
Trabalhistas	–	592
Total	**1.775**	**3.018**

Para essas ações, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R$ 1.452 em 31 de dezembro de 2019.
26.1 Depósitos judiciais e cauções
Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2019 se referem a causas trabalhistas e somam R$ 109 (R$ 99 em 31 de dezembro de 2018).

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais
A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.
A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.
A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Composição	Ref.	2019	2018
Endividamento bruto	(a)	16.137	23.056
Caixa e equivalentes de caixa		(32.230)	(11.953)
Endividamento líquido		(16.093)	11.103
Patrimônio líquido	(b)	153.403	129.667
Índice de endividamento líquido		**(0,10)**	**0,09**

(a) O endividamento bruto é definido como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota Explicativa nº 16).

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa eram suficientes para cobrir o endividamento bruto da Companhia.

(b) Gestão de risco de mercado

• Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operação de hedge cambial para a dívida em moeda estrangeira.

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 29.383 (R$ 9.277 em 31 de dezembro de 2018).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Não derivativos						
Fornecedores	17.329	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	12.652	1.397	1.043	640	366	1
Derivativos						
Swap cambial	38	–	–	–	–	–

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere–se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

• Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

• Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Composição	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.847	2.676
Contas a receber de clientes e outros	33.782	38.620
Ativos financeiros setoriais, líquidos	7.490	25.772
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	29.383	9.277
Ativo financeiro indenizável	5.408	4.828

(e) Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O principal instrumento utilizado é o swap.

A Companhia contratou em 2018 operação de swap para converter para R$ a dívida denominada em EUR. Nesse swap, a Companhia assumiu posição passiva em R$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em 04 de abril de 2019, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo swap.

Adicionalmente, a Companhia contratou nova operação de empréstimo com o Itaú Unibanco S/A em 01 de abril de 2019, além de novo instrumento financeiro derivativo de swap para a proteção desse passivo. Para esse contrato, as liquidações ocorrem semestralmente pelo prazo de um ano: a primeira realizada em 01 de outubro de 2019 e a segunda a realizar em 01 de abril de 2020.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nocional), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição					Nocional EUR	Nocional R$	Valor justo	Efeito no resultado	
Swap	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**05/10/2018**	**05/10/2018**	**04/04/2019**	**2019**	**2018**
Ativo	Itaú Unibanco S/A	05/10/2018	04/04/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,60% a.a.	1.125	5.000	4.878	211	1
Passivo				9,52% a.a.	–	–	(5.234)	(458)	(110)
					1.125	**5.000**	**(356)**	**(247)**	**(109)**
Swap	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**01/04/2019**	**01/04/2019**	**01/10/2019**	**2019**	**2018**
Ativo	Itaú Unibanco S/A	01/04/2019	01/10/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	10.245	245	–
Passivo				9,90% a.a.	–	–	(10.491)	(491)	–
					2.247	**10.000**	**(246)**	**(246)**	**–**
Swap	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**01/10/2019**	**01/10/2019**	**31/12/2019**	**2019**	**2018**
Ativo	Itaú Unibanco S/A	01/10/2019	01/04/2020	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	10.199	199	–
Passivo				9,90% a.a.	–	–	(10.237)	(237)	–
					2.247	**10.000**	**(38)**	**(38)**	**–**
Efeito acumulado no resultado do exercício								**(531)**	**(109)**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como hedge accounting de valor justo, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

(f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo–se todas as outras variáveis constantes.

• Cenário provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.

• Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

• Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% da dívida em moeda estrangeira está protegida por swap, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em euro	Euro (€)	Alta do euro	4,5305	(10.237)	(2.559)	(5.119)
Swap ponta ativa em euro				10.199	2.550	5.100
Exposição líquida				**(38)**	**(9)**	**(19)**

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	4,40%	29.383	1.293	(323)	(646)

28 Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe–se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.

(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

			Valor contábil		Valor justo	
	Ref.	Nível	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			**78.910**	**81.173**	**78.910**	**81.173**
Custo Amortizado			**44.119**	**67.068**	**44.119**	**67.068**
Caixa e depósitos bancários à vista		2	2.847	2.676	2.847	2.676
Contas a receber de clientes e outros		2	33.782	38.620	33.782	38.620
Ativos financeiros setoriais, líquidos		2	7.490	25.772	7.490	25.772
Valor justo por meio do resultado			**34.791**	**14.105**	**34.791**	**14.105**
Aplicações financeiras de curto prazo		2	29.383	9.277	29.383	9.277
Ativo financeiro indenizável	(a)	3	5.408	4.828	5.408	4.828
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			**33.466**	**42.428**	**33.466**	**42.428**
Custo amortizado			**33.466**	**42.428**	**33.466**	**42.428**
Fornecedores		2	17.329	19.372	17.329	19.372
Empréstimos e financiamentos	(b)	2	16.137	23.056	16.137	23.056

(a) Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrentes da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

(b) Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

29 Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R$ 782 em 2019 (R$ 719 em 2018).

30 Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		
Parte relacionada	**Tipo de transação**	**Ref.**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**Vencimento**
Santa Maria Participações S/A	Locação de imóveis	(a)	–	–	(1.214)	(1.111)	2020
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	–	–	(5.028)	(3.920)	2020
Santa Maria Participações S/A	Mútuo	(c)	–	(3.955)	(128)	(96)	2019
Total			**–**	**(3.955)**	**(6.370)**	**(5.127)**	

(a) Referem–se a contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP–M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(b) Refere–se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(c) Refere–se ao contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, liquidado em 15 de julho de 2019.

• Remuneração dos Administradores

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 3.803 (R$ 3.715 em 31 de dezembro de 2018), e refere–se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	2019	2018
Honorários	2.851	2.784
INSS	570	557
FGTS	176	168
Previdência privada	206	206
Total	**3.803**	**3.715**

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações ou instrumentos baseados em ações aos seus empregados e/ou administradores.

31 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

			Importância segurada	
Ramos	**Ref.**	**Data de vencimento**	**2019**	**2018**
Risco operacional	(a)	30/08/2020	63.884	62.179
Responsabilidade civil geral	(b)	30/08/2020	2.000	1.800
Responsabilidade civil geral – danos morais	(c)	30/08/2020	400	360
Total			**66.284**	**64.339**

(a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.

(b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

(c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

31.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2019 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	2019	2018
Risco operacional	169	258
Responsabilidade civil	12	11
Frota	34	33
Total	**215**	**302**

32 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

	Contratos de compra de energia – R$ mil						
Vigência	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**Após 2026**
2021 a 2054	76.255	77.297	77.297	80.933	80.933	80.933	1.822.592

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2019, e foram homologados pela ANEEL.

33 Eventos subsequentes

• COVID

A Companhia avaliou os eventuais efeitos do Coronavírus (COVID–19) em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e ressalta que até a presente data de 13 de março de 2020, não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números divulgados. A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CÍCERO MACHADO DE MORAES
Presidente

FERNANDO ANTONIO MOREIRA CALAES
Vice–Presidente

RENATA BARBIERI COUTINHO
Conselheira

MIGUEL COUTINHO COELHO DA SILVA
Conselheiro

ANGELO ARPINI COUTINHO FILHO
Conselheiro

DIRETORIA

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor-Presidente

ANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor Vice–Presidente

ANGELO ANDRÉ BOSI
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador – CRC: ES/009263/O–2

>>>Continua>>>

>>>Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

SANTA MARIA

NIRE: 32300002668

CNPJ: 27.485.069/0001-09

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A - Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 13 de março de 2020

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL – ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL - ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

bakertilly

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÕES PÚBLICOS

Data do 1º Leilão: 05/05/2020 (terça-feira), às 10:00 horas
Data do 2º Leilão: 05/05/2020 (terça-feira), às 11:00 horas (em não havendo arrematante no 1º Leilão).
Local: Rua Misael Pedreira da Silva, n. 70, sala 810, Praia do Suá, Vitória – ES.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL- SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO, com sede social na AVENIDA ÂNGELO ALTOÉ, 340, SÃO PEDRO, VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.815.319/0001-75, faz saber que no dia e hora designado, em cumprimento ao disposto no art. 27, *caput*, e §§ 1º e 2º, da Lei 9.514/97, venderá, no estado em que se encontra o imóvel a seguir, ao preço de **R$ 3.978.500,00** (três milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos reais).

Valor para o 2º leilão: **R$ 1.201.504,56** (um milhão, duzentos e um mil, quinhentos e quatro reais, cinquenta e seis centavos)

Descrição do imóvel:

Área agrícola medindo 314.600,55 m2, correspondentes a 6 alqueires, 20 litros e 0,55 m2 de terrenos, sem benfeitorias, situada no lugar denominado Valão do Norte, Distrito de Piaçu, Muniz Freire/ES, confrontando-se ao norte com Paulo Bueno e Romário Bueno, ao sul com Angelino Sabino, ao leste com Alexandre Sabino e a oeste com Camilo Cola, registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Muniz Freire/ES sob nº matrícula n. 4457, livro 2-S, cadastrado no INCRA sob o n. 950.025.861.510-2. Imóvel ocupado. Reserva Legal registrada na AV. 3 – 4457 de 13,81% do total da propriedade.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À vista

OUTRAS CONDIÇÕES: As despesas relativas à comissão do Leiloeiro, registros, desocupação, impostos e taxas, correrão por conta do arrematante.

Será garantido ao(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.

Demais informações sobre o imóvel, contatar o leiloeiro.

Ficam desde logo intimados do presente Leilão os devedores GUILHERME GERALDO DA CUNHA MILANEZI, CPF 653.078.957-04 e ROSEANNE ALENCAR AZEVEDO MILANEZI, CPF 394.622.347-87, caso não sejam encontrados para intimação pessoal.

Vitória, 30 de março de 2020.
COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL- SERRANA DO ESPÍRITO SANTO
- SICOOB SUL-SERRANO
Leiloeiro Público Oficial Gabriel Fardin Pereira – JUCEES 055/2013

VITORIAPAR PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ Nº 30.550.210/0001-14 / Nire: 32.300.041.078
COMUNICADO

A administração comunica que os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, do exercício social encerrado em 31/12/2019 encontram-se na sede da Companhia à disposição dos Acionistas. Vitoria/ES, 17 de abril de 2020.

VIDAMED CARE CLÍNICA E RESIDENCIA ASSISTIDA S/A
CNPJ: 27.596.191/0001-52 / NIRE: 32.300.041.949
Resumo da AGE realizada em 02/04/2020.

Às 18hrs. na Sede da cia. Presença da totalidade dos acionistas. Ordem do dia: 1) Alteração da composição do quadro acionário, com indicação de novos acionistas; 2) Aumento do capital social; 3) Aprovação do novo Boletim de Subscrição. Deliberações aprovadas. AGE registrada na Jucees em 06/04/2020 sob o nº 20200187694.

"Já troquei"
Por que menos, se você tem
CLASSIFICADO ? 27 3323 6333

IMMOBILE LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA DE CNPJ: 13.966.993/0001-00, TORNA PÚBLICO O INÍCIO DAS OBRAS, ATRAVÉS DO PROCESSO N°.1277/2019, A LICENÇA MUNICIPAL PRÉVIA – LMP – GLA/N°. 60/2019/CLASSE I, PARA A ATIVIDADE DE "CONSTRUÇÃO DE GALPÃO", NA LOCALIDADE DE RODOVIA BR 262, BAIRRO RIBEIRA – VIANA-ES.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 30 de abril de 2020, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 12 de maio de 2020, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, escritório na Rua da Mooca, 3.547, Mooca, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da cédula de crédito bancário datado de 24/11/2017, cujos **Fiduciantes são Devedora SEG MATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**, CNPJ nº 08.935.610/0001-99, **Avalista/Garantidora SEG VITÓRIA - COMÉRCIO DE ESQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - EIRELI**, CNPJ nº 04.623.819/0001-66; **Devedor Solidário/Avalista: NESTOR FERNANDES PINHEIRO**, CPF/MF nº 492.466.587-87, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.262.052,96** (Dois Milhões Duzentos e Sessenta e Dois Mil Cinquenta e Dois Reais e Noventa e Seis Centavos - *atualizados conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído por *"Lotes (foreiros) de nºs 12 e 13 da Quadra C, com área total de 672,00m², situado na Rua Gil Martins de Oliveira, nº 164 - Santa Lúcia - Vitória/ES,* ***melhor descrito na matrícula nº 17.334 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Vitória/ES.*** **"Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.384.937,27** (Um Milhão Trezentos e Oitenta e Quatro Mil Novecentos e Trinta e Sete Reais e Vinte e Sete Centavos - *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*). **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (5410-03 - Mg).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E ABERTURA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2019

O Município de Presidente Kennedy/ES, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado de julgamento da HABILITAÇÃO da Concorrência Pública em epígrafe. Registra-se que foram **HABILITADAS** as empresas: **1)** AMERICAN STAR CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA, **2)** AML OBRAS E CONSTRUÇÕES EIRELI, **3)** COFRANZA CONSTRUTORA LTDA, **4)** CONSTRUSAN SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA, **5)** ENGEVIL ENGENHARIA LTDA, **6)** GOLDEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI, **7)** ILHA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, **8)** IMBEG - IMBE ENGENHARIA EIRELI, **9)** MAR & SOL SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA-EPP, **10)** RDJ ENGENHARIA LTDA, **11)** RR COSTA CONSTRUCOES LTDA, **12)** RENOVA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, **13)** SANTOS LOCAÇÕES E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI, **14)** TRILHOS CONSTRUCOES EIRELI - ME, **15)** VALE DOS MILAGRES CONSTRUTORA EIRELI EPP, **16)** VIPLAN ENGENHARIA EIRELI - ME, **17)** W.M. VASCONCELOS - ME e **18)** WES EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA. Sendo **INABILITADAS** as empresas: **1)** A. L. CONSTRUCOES LTDA EPP, **2)** CONSTRUTORA PATAMAR LTDA EPP, **3)** CSM CONSTRUÇÕES LTDA, **4)** D & G PROJETOS E CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME, **5)** ELICON CONSTRUTORA LTDA - EPP, **6)** F.L.G BLOCOS EIRELI EPP, **7)** GFP CONSTRUTORA EIRELI ME, **8)** J. AZEVEDO ENGENHARIA EIRELI, **9)** L & L CONSTRUTORA LTDA, **10)** LOCKIN LOCACAO - EIRELI, **11)** PLANECTEC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, **12)** R. L. MANHAES CONSTRUCOES EIRELI - ME, **13)** SALVADOR EMPREENDIMENTOS LTDA, **14)** SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, **15)** THOR CONSTRUTORA EIRELI - ME. Deste modo, fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos, conforme previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Vale ressaltar que a solicitação para vista processual deverá ser requerida e respondida por email (licitacao@presidentekennedy.es.gov.br), bem como o encaminhamento de recursos, em virtude do previsto no art. 15 do Decreto Municipal nº 022/2020, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública nesta Municipalidade.

Presidente Kennedy/ES, 16/04/2020.
Leonardo dos Santos
Presidente da CPL

SESI

PELO FUTURO DO TRABALHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.015/2020

O Sistema Findes torna público que realizará Licitação, modalidade Pregão na forma Eletrônico, relativo a **Contratação de empresa de Construção Civil para execução de obras de reforma civil para a acessibilidade, contemplando a instalação de plataforma elevatória inclinada e implantação de sanitário PNE, com estação elevatória de esgoto da unidade do Serviço Social da Industria – Departamento Regional do Espírito Santo – SESI-DR/ES, localizada em Porto de Santana, Cariacica/ES, em regime de empreitada por preço unitário.Data da abertura das propostas:06/05/2020 às 08h30min.** O Edital está disponível no site do Sistema Findes: www.sistemafindes.org.br, e no endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública: www.licitacoes-e.com.br(Banco do Brasil). **N.º da Licitação: 812068**

Danielly Porto Silva - Pregoeira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE SÃO MATEUS
Audálio de Aguiar Bastos - Oficial e Tabelião
CARTÓRIO 1º. OFÍCIO - REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS COMARCA DE SÃO MATEUS - ES.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL - Audálio de Aguiar Bastos, Oficial titular do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de São Mateus - ES, por nomeação na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc... Vem através deste, em cumprimento ao disposto no § 4° do art. 26, da Lei 9.514/1997, **INTIMAR** a Sra. CREUZA RIBEIRO MARTINS BRAGA, CPF n°. 852.781.146-49, e o Sr. OSMANO DA SILVA BRAGA FILHO, CPF: 308.854.006-82, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da terceira publicação deste Edital, efetue o pagamento junto a este Cartório, das parcelas vencidas do Contrato de Financiamento imobiliário, firmado em 16/11/2011, registrado sob o n° 02, na matrícula 23.421, do livro 02, neste Cartório, referente ao financiamento garantido por Alienação Fiduciária do imóvel situado no lugar denominado loteamento Jardins das Caiçaras, no lugar denominado Balneário de Guriri, na Quadra 71, Lote n° 1 A-C, nesta cidade de São Mateus - ES. A não Purgação da mora dentro do referido prazo, poderá implicar na consolidação da propriedade em nome da Credora Fiduciária, BANCO DO BRASIL S/A, conforme disposto no §7° do Art. 26, da Lei 9.514/97. São Mateus - ES, 23 de março de 2020.
Audálio de Aguiar Bastos - Oficial.

São Mateus, 23 de março de 2020.
Dennyslan Mendes Gomes
Escrevente Substituto Designado

SÃO FRANCISCO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S/A
CNPJ: 30.550.167/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.S.as, as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A administração coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (em reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.152	7.545
Contas a receber	5	4.331	4.167
		6.484	**11.712**
Não circulante			
Propriedades para Investimento	7	90.299	90.299
		90.299	**90.299**
Total do ativo		**96.782**	**102.010**
	Nota	**2019**	**2018**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		-	477
Obrigações fiscais e sociais	9	1.612	1.112
Lucros e dividendos a Pagar		13.239	10.039
		14.851	**11.628**
Não Circulante			
Outras obrigações	11	-	10.156
		-	**10.156**
Total do passivo		**14.851**	**21.784**
Patrimônio líquido			
Capital social		79.255	79.255
Reserva de capital		1	1
Reserva Legal		2.676	970
Total do patrimônio líquido		**81.931**	**80.226**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**96.782**	**102.010**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (em reais)

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de locações	51.976	28.194
	51.976	**28.194**
(-) Deduções da receita bruta		
Impostos s/ receitas	(2.353)	(1.029)
	(2.353)	**(1.029)**
Receita líquida	**49.623**	**27.165**
Lucro bruto	**49.623**	**27.165**
Despesas administrativas	(11.582)	(5.132)
Resultado antes rec. Desp financeiras	**(11.582)**	**(5.132)**
Lucro operacional	**38.041**	**22.034**
Receitas financeiras	25	7
Despesas financeiras	-	(470)
Despesas (receitas) financeiras líquidas	**25**	**(463)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**38.065**	**21.571**
Imposto de Renda	(2.499)	(1.354)
Contribuição social	(1.499)	(812)
Lucro líquido do exercício	**34.068**	**19.405**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (em reais)

	Nota	Capital Social	Reservas	Lucros acumulados	Total
		-	-	-	-
Integralização Capital Social		79.255			79.255
Integralização Reservas			1		1
Lucro líquido do exercício				19.405	19.405
Distribuição de lucros				(8.395)	(8.395)
Lucros e dividendos a pagar				(10.039)	
Transf. Reserva Legal			970	(970)	-
Em 31 de dezembro de 2018		**79.255**	**971**	**-**	**80.226**
Lucro líquido do exercício				34.068	34.068
Transf. Reserva Legal			1.703	(1.703)	-
Distribuição de lucros				(19.143)	(19.143)
Lucros e dividendos a pagar				(13.221)	(13.221)
Em 31 de dezembro de 2018		**79.255**	**2.674**	**-**	**81.929**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.065	21.571
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(165)	(4.167)
Fornecedores	(477)	477
Obrigações fiscais e sociais	500	1.112
Outras obrigações	(10.156)	10.156
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.998)	(2.166)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**23.770**	**26.983**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de Capital	-	1
Integralização de Capital	-	79.255
Propriedade para Investimentos	-	(90.299)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**-**	**(11.043)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de Dividendos	(29.163)	(8.395)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(29.163)**	**(8.395)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(5.393)**	**7.545**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.545	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.152	7.545
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(5.393)**	**7.545**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional

A São Francisco Participações Imobiliárias S/A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Henrique Novaes nº 88, sala 605, Centro - Vitória, constituída em 24 de Maio de 2018, tendo por objeto social a atividade de administração de bens de imóveis próprios.

2. Principais Práticas Contábeis

2.1 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/2012 e de acordo com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico. As demonstrações contábeis serão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação.

2.3 Base de elaboração das demonstrações contábeis: Estão sendo preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Estimativas Contábeis consistem para o registro de certas transações, que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas da entidade, bem como a divulgação de informações quando a sua efetiva realização em períodos subsequentes.

3.Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata (até 90 dias), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com riscos insignificantes de mudança em seu valor de mercado ou de realização.

4. Investimentos: O ativo de investimento corresponde ao acervo cindido de Terrenos e Edificações, que foram avaliados ao custo histórico resultante da cisão do Hospital e Maternidade São Francisco de Assis S/A, que segue demonstrado:

Propriedades para Investimentos	**31/12/2019**
Terrenos/Imóveis Próprios	90.298,58
Total	**90.298,58**

5. Obrigações Fiscais, Sociais: O saldo dos impostos fiscais e sociais a recolher no passivo, são provenientes do faturamento juntos a locação de imóveis, apurado conforme o regime de tributação de Lucro Presumido.

6. Lucros e Dividendos a Pagar: Corresponde a provisão da parcela do lucro não distribuído apurado no exercício, que segue demonstrado abaixo:

Outras Obrigações	**31/12/2019**
Lucros e dividendos a pagar	13.221,28
Total	**13.221,28**

7. Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2019, totalmente integralizado, é de R$ 79.255,00 (Setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais); dividido em ações no valor nominal 1,00 (um real) cada uma.

8. Reserva Legal: A reserva legal em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 2.673,61 (Dois mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos). Calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com a Lei nº 6.404/76.

SÃO FRANCISCO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S/A
Antonio Alves Benjamim Neto
Diretor Presidente

ADE SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
Klay Fabiani Toniato
CRC-ES 011361/O-0